DECREPITUDE A "NOVA POLÍTICA", DO MBL AOS CLONES DE AMOÊDO, DEFINHA EM PRAÇA PÚBLICA, CONSUMIDA PELO BOLSONARISMO DE RAIZ E PELA PRÓPRIA NATUREZA ARTIFICIAL

VIOLÊNCIA ASSÉDIO A JORNALISTAS, AMEAÇAS A OPOSITORES, ASSASSINATOS. AS MILÍCIAS A SERVIÇO DO CAPITÃO ABRAÇAM A TRUCULÊNCIA COMO TÁTICA

CartaCapital

cartacapital.com.br

basset editora

O FATOR CIRO

O CANDIDATO ELEVA O TOM CONTRA LULA, MAS SEUS APOIADORES PODEM GARANTIR A VITÓRIA DO EX-PRESIDENTE NO PRIMEIRO TURNO

MINO CARTA: O PEDETISTA JOGA PARA O FUTURO

Somos todos Caixa Econômica Federal, instituição fundamental para a estabilização econômica e para a manutenção do nível do emprego e da renda, vinculados à expansão da demanda agregada do país. O que nos move é o sentimento do abraço que se entrelaça com outros braços para a partilha, o cuidado e o amparo da coisa pública, juntos e misturados com o povo brasileiro.

Classificamos a Caixa Econômica como instituição financeira pública símbolo da competência e sucesso do país. Defendê-la é um ponto de honra. Falamos de um banco com projetos sociais em todo o Brasil. Não imaginamos o nosso país sem um banco com a capilaridade da Caixa, imprescindível para a justiça social. Ser patriota é defender o que é nosso.

A campanha #SOMOSTODOSCAIXA possui a força de uma semente, com raízes, troncos, ramos, folhas, flores e frutos fincados no chão da cidadania do nosso país. A Caixa representa a alternativa que o Brasil deve abraçar para

#SOMOSTODOSCAIXA

a retomada de um desenvolvimento saudável e sustentável, com oferta de crédito e investimentos públicos em habitação, saneamento e infraestrutura.

A valorização de todas as empregadas e todos os empregados do banco poderá ajudar o Brasil a reinventar-se na perspectiva de mais democracia e mais participação popular.

Nosso movimento sonha e se mobiliza para fazer um país que nos traga de volta a alegria e o orgulho de ser brasileiro. Assim é a campanha #SOMOSTODOSCAIXA, cujo saldo registra a vontade do pessoal do banco em abraçar um Brasil mais público e mais social.

CartaCapital

21 DE SETEMBRO DE 2022 • ANO XXVIII • Nº 1226

Elisabeth II reinou por guerras frias e quentes e testemunhou a decadência do império britânico. Pág. 48

Capa: Pilar Velloso. Foto: Nelson Almeida/AFP

MARCO BERTORELLO/AFP E JANEK SKARZYNSKI/AFP

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond, Mauricio Dias e William Salasar
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Alberto Villas, Aldo Fornazieri, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ON-LINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Camila Silva, Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
VIDEOMAKER: Natalia de Moraes
ESTAGIÁRIOS: Beatriz Loss, Caio César e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: João Paulo Carvalho
SITE: **www.cartacapital.com.br**

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: **http://Atendimento.CartaCapital.com.br**
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: **avulsas@cartacapital.com.br**

CARTAS CAPITAIS

GRITO DO IPIRANGA

Mino Carta foi certeiro na interpretação do verdadeiro "Grito do Ipiranga", ao resgatar a origem escravocrata de tudo o que passamos, com as duas tônicas do verbo, passado e constante presente. Foi icônica a citação de Lima Barreto, a lembrar ainda, em seu *Diário Íntimo*, que "a capacidade mental dos negros é discutida *a priori* e a dos brancos, *a posteriori*". Assim, "transdependência" seria o melhor termo para designar a substituição de senhores que vimos ao longo da história e persiste, como revelam as demais páginas de *CartaCapital*, principiada pela capa que sumariza a teoplutocracia a sustentar o ogro com faixa presidencial.

Adilson Roberto Gonçalves

O SONHO DO GOLPE

Esses "empresários" me trazem à memória a célebre frase do pensador inglês Samuel Johnson: "O patriotismo é o último refúgio dos canalhas".

Orlando F. Filho

O BUFÃO BICENTENÁRIO

O desespero de Bolsonaro com a derrota é visível, mas a onda de violência e crimes eleitorais escapam do controle das autoridades. Ele conta com seus fiéis para repetir o feito de Trump no Capitólio por aqui. O dinheiro público investido para ludibriar os eleitores é recorde e as patéticas festividades do bicentenário da Independência, convertidas em campanha político-partidária, foram escandalosas.

Paulo Sérgio Cordeiro

DIANTEIRA CONFORTÁVEL

Bolsonaro vai perder porque foi incompetente até com seus apoiadores. Evangélicos e "pobres de direita" também passam fome, não têm trabalho e, em alguns casos, nem sequer têm onde morar. O capitão estagnou e murcha.

Paulo Aguiar

Basta Lula aparecer à frente nas pesquisas que o preço da gasolina baixa, correm atrás de auxílio, vale-gás e outros cala-bocas que durarão até dezembro. Não se iludam.

Sônia Maria

O CANTO DA SEREIA

A bomba orçamentária só aumenta. O governo federal terá de bancar a redução do ICMS dos estados, o que retira verba de outras áreas prioritárias. Já começou pela redução de quase 60% do orçamento da Farmácia Popular. Portadores de doenças crônicas serão diretamente afetados.

Andrea Ahmada

Bolsonaro acabou com a política de aumento real do salário mínimo e tenta diariamente acabar com os direitos trabalhistas. Qual a surpresa?

Helbert Alves

JUNTAS PODEMOS DERROTÁ-LO

Mesmo com meus 74 anos, vou votar com orgulho. Esther Solano está certa, unidas venceremos o monstro.

Inez Silva

A FLECHA CORTOU A ESCURIDÃO

Elogios a *CartaCapital* são devidos pela persistência e resistência no mar da mediocridade midiática desta Pindorama. Quero ressaltar, desta vez, o artigo de Sidarta Ribeiro na edição 1222. Excepcional.

Aníbal Rodrigues

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A Semana

Duas vezes emboscado

O líder indígena Vitorino Sanches, da etnia guarani-kaiowá, foi executado a tiros na terça-feira 13 em Amambai, Mato Grosso do Sul. Há pouco mais de um mês, em 1º de agosto, ele sobreviveu a um atentado, no qual seu carro foi atingido por ao menos dez projéteis. Na ocasião, Sanches foi socorrido e se recuperou dos ferimentos. Desta vez, não teve a mesma sorte. Dois pistoleiros efetuaram 35 disparos contra o indígena, segundo a associação Aty Guasu Guarani-Kaiowá. "Não suportamos mais tanta dor e luto. Precisamos de apoio e proteção. Já são meses de ataques e assassinatos em nossos territórios", afirma a organização, por meio de nota.

Memória/ O que só você viu?

Silvio Lancellotti marcou época com transmissões do Campeonato Italiano

Referência do jornalismo esportivo, Silvio Lancellotti morreu na quarta-feira 14, aos 78 anos, na capital paulista. O jornalista estava internado na UTI do Hospital São Paulo, na Zona Sul da cidade, tratando sequelas de um infarto, mas não resistiu a uma parada cardíaca. Especializado em futebol internacional, Lancellotti acompanhou oito Copas do Mundo em transmissões pela TV Bandeirantes e pela ESPN. Mas foi como comentarista do Campeonato Italiano na Band, ao lado do igualmente divertidíssimo locutor Silvio Luiz, que marcou época, nos anos 1980 e início dos 1990.

Formado em arquitetura e apaixonado pela gastronomia, Lancellotti também apresentou programas sobre culinária na tevê brasileira por mais de uma década. Durante as transmissões esportivas, era comum divagar sobre algumas receitas. Os amigos recordam-se, com especial carinho, das inventivas explicações que dava para tudo, como a razão de o sanduíche Big Mac ter picles na sua composição – uma homenagem ao Brasil, sustentava com um sorriso maroto. O jornalista deixa a mulher, Vivian, e uma legião de aficionados por futebol desolados com sua partida.

Rosa Weber também prometeu combater o discurso de ódio

STF/ RECADO A BOLSONARO

"NÃO SE COGITE DESCUMPRIR ORDEM JUDICIAL", ALERTA NOVA CHEFE DA CORTE

Ao assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal na segunda-feira 12, a ministra Rosa Weber fez um discurso em defesa da democracia e da laicidade do Estado e de rejeição ao discurso de ódio. Em evidente recado a Jair Bolsonaro, acrescentou: "De descumprimento de ordens judiciais sequer se cogite em um Estado Democrático de Direito".

O ex-capitão ameaçou descumprir determinações judiciais em diversas ocasiões. A manifestação mais explícita nesse sentido ocorreu na celebração do 7 de Setembro do ano passado. "Qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes, este presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou. Ele tem tempo ainda para pedir o seu boné e cuidar da vida", afirmou aos berros, antes de pedir a intervenção de Michel Temer para celebrar um pacto de não agressão com o magistrado.

Bolsonaro não compareceu à cerimônia de posse de Rosa Weber, quebrando uma tradição de mais de 30 anos. O último chefe do Executivo a faltar na posse de um presidente da Suprema Corte foi Itamar Franco, que em 1993 não esteve presente na consagração do magistrado Octavio Gallotti.

Crime organizado/ **Sob a lei do cão**

As milícias crescem 387% em 16 anos e controlam 10% da Grande Rio

As áreas sob domínio das milícias cresceram 387% nos últimos 16 anos, atingindo 256,3 quilômetros quadrados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O vasto território é 64 vezes superior ao bairro de Copacabana, cartão-postal da capital. Os milicianos concentram-se, porém, na empobrecida Zona Oeste da cidade e em municípios da Baixada Fluminense. Ao menos 10% da Grande Rio está sob o controle dos criminosos, muitos deles oriundos das violentas polícias do estado.

Os números são de um levantamento inédito, divulgado pelo Instituto Fogo Cruzado e pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos, da Universidade Federal Fluminense. O mapeamento foi realizado com base em quase 700 mil denúncias obtidas via Disque Denúncia, sobre a atuação de milícias e do tráfico de drogas. Com fortes conexões políticas e relações com as forças de segurança, as milícias cresceram em um ritmo superior a qualquer outra organização criminosa atuante no estado. Nem mesmo o Comando Vermelho ou o Amigos dos Amigos, facções ligadas ao narcotráfico, conseguiram se expandir tanto, e em tão pouco tempo.

Nem mesmo o CV conseguiu se expandir tanto

Um Pix para o capitão

Nos últimos dias, uma iniciativa ganhou asas nos grupos bolsonaristas. A mensagem conclamava os apoiadores do capitão a doar ao menos 1 real para a campanha de reeleição, uma espécie de medida preventiva contra a suposta manipulação das urnas eletrônicas. Ora, se Bolsonaro tiver mais doadores que votos, restará provada a fraude. E a turma acredita piamente que o "Mito" lidera com folga. O enrosco é que a avalanche de pequenas contribuições gerou um problema burocrático, uma vez que todas as doações precisam ser registradas detalhadamente pela equipe do candidato. Ao cabo, o custo contábil de cada registro poderia ser superior ao valor doado. Em meio à confusão, houve quem identificasse, na iniciativa, as digitais da esquerda, supostamente interessada em sabotar a prestação de contas do capitão. Por trás de cada patetice, uma nova teoria conspiratória.

Cinema/ **JEAN-LUC GODARD MORRE AOS 91 ANOS**

O DIRETOR, QUE VIVIA NA SUÍÇA, FOI UM NOME-SÍMBOLO DA *NOUVELLE VAGUE*

Jean-Luc Godard, que, ao longo de 91 anos de vida, envolveu-se na produção de mais de uma centena de obras audiovisuais, decidiu cometer suicídio assistido em sua casa na Suíça, onde vivia. A notícia de sua morte foi dada na terça-feira 13, acompanhada de declarações de um amigo próximo, que definiu que o cineasta "não estava doente, apenas esgotado".

O nome de Godard despontou no mundo do cinema durante a *Nouvelle Vague* francesa. O memorável *Acossado* (1960), com Jean Seberg e Jean-Paul Belmondo, tornou-se o filme-símbolo do célebre movimento que contara também com François Truffaut, Claude Chabrol, Jacques Rivette e Eric Rohmer. Godard, que acabou por se desentender com todos eles – como, de resto, com muita gente – foi o último do grupo a morrer.

Provavelmente menos assistido do que falado ao longo da profícua trajetória, Godard construiu em torno de si uma mística que se tornou inseparável da própria ideia de cinema de arte e das possibilidades de invenção e transformação na linguagem cinematográfica.

O artista cometeu suicídio assistido, em sua casa

BORIS HORVAT/AFP, CARLOS ALVES MOURA/STF, REDES SOCIAIS E ISTOCKPHOTO

A Semana

50 milhões de escravizados

A pandemia de Covid-19, os conflitos armados e as mudanças climáticas provocaram o aumento da escravidão moderna. Na segunda-feira 12, as Nações Unidas informaram que quase 50 milhões de pessoas estavam presas a trabalhos ou casamentos forçados no ano passado. A ONU tem a meta de erradicar o problema até 2030, mas os casos não param de crescer. De 2016 a 2021, o número de vítimas teve acréscimo de 10 milhões.

Uliarte recebeu reprimenda da amiga pela imperícia do namorado

POLÍCIA AEROPORTUÁRIA ARGENTINA

Argentina/

"Mandei matar Cristina"

Mensagens revelam que namorada de brasileiro planejou atentado

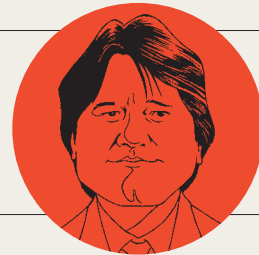
A Justiça da Argentina encontrou mensagens de celular nas quais Brenda Uliarte admite ter planejado o atentado contra Cristina Kirchner. Os diálogos foram revelados pelo jornal *La Nación*. Brenda é namorada do brasileiro Fernando Montiel, preso após tentar assassinar a tiros a ex-presidente, hoje vice de Alberto Fernández, em 1º de setembro, em Buenos Aires. Ele apertou o gatilho da pistola Bersa duas vezes, mas a arma falhou.

O assassinato estava previsto para acontecer em 27 de agosto, um dia marcado por conflitos entre manifestantes pró-Cristina e a polícia, mas a ideia não prosperou. "Vou mandar matar Cristina... Eles falam e não fazem nada. Eu farei", escreveu Uliarte à amiga Agustina Díaz na ocasião. Pouco depois, ela continua: "Que filha da puta, ela entrou antes de eu dar o tiro". Díaz, então, pergunta: "O que aconteceu?". E Uliarte emenda: "Mandei matar a vice Cristina. Não deu certo porque ela entrou. Juro que senti raiva".

Díaz também foi presa, na terça-feira 13, por envolvimento no atentado. Um dia após o evento frustrado, ela chegou a cobrar explicações da amiga: "Por que o tiro falhou? Como você mandou esse idiota? E então ele ficou nervoso?" As mensagens em poder da polícia também revelam a intenção de Uliarte fugir para o exterior e assumir outra identidade, caso as autoridades identificassem suas digitais no crime.

Uma das grandes dúvidas que persistem, para os investigadores, é se o trio recebeu algum financiamento ou orientação externos. Nesse sentido, outra mensagem encontrada no telefone de Uliarte parece bastante sugestiva: "Se me falta dinheiro, já sei a quem recorrer", disse Brenda.

A juíza responsável pelo caso, María Eugenia Capuchetti, decretou a quebra do sigilo bancário dos investigados e solicitou à polícia para analisar movimentações financeiras do grupo em aplicativos como o Mercado Pago.

PEDRO SERRANO

Servidão voluntária

▶ São inegáveis as similitudes entre a política afetiva do fascismo e do bolsonarismo

Recentemente, nos deparamos com episódios de violência perpetrados por adeptos de Bolsonaro contra simpatizantes de Lula, como o caso de um assassinato a facadas em uma chácara no município de Confresa, em Mato Grosso. Tais ocorrências suscitam argumentações que aproximam o bolsonarismo da ideologia fascista.

No sentido estrito da expressão, essa caracterização é questionável. Torna-se, porém, absolutamente pertinente para quem acredita, como Umberto Eco e Theodor Adorno, que o fascismo, como conceito amplo e não localizado historicamente, é uma ameaça inerente à vida democrática e que pode emergir de várias formas. De qualquer maneira, são inegáveis as similitudes entre a política afetiva do fascismo e do bolsonarismo.

As práticas fascistas furtam-se a um diálogo racional com a realidade, buscando estabelecer um discurso que se fundamenta em uma afetividade primitiva que habita todos nós e certo setor da sociedade, em particular. Nessa ideologia, a relação entre líder e liderado se dá por um mecanismo projetivo, pelo qual o liderado tenta reproduzir o autoritarismo do líder. O filósofo francês Étienne de La Boétie aborda essa questão em seu *Discurso da Servidão Voluntária*. A adesão do indivíduo ao projeto fascista reflete o desejo de ser um pequeno autoritário no seu ambiente cotidiano.

Embora o bolsonarismo seja composto de segmentos sociais, etnias e regionalidades diferentes, ele é marcadamente uma escolha do sexagenário branco de elite. Esse perfil sinaliza de forma afetiva a sua frustração com o fato de ter de se adaptar a uma sociedade contemporânea em que ele precisa tratar a sua mulher como igual, bem como admitir negros em seu cotidiano sem discriminá-los e aceitar que pessoas LGBTQIA+ manifestem a sua afetividade de forma livre, além de se resignar ao fato de que sua aporofobia, o ódio pela pobreza, não pode ser explicitada em um meio civilizado.

O evidente desconforto desse sexagenário branco com as conquistas instituídas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelas constituições rígidas acaba se espraiando por todo o ambiente social. Cria-se, então, um mecanismo de comunicação entre o líder e seus liderados que nem sequer requer verbalização. Ele se configura pela repetição constante de uma quantidade reduzida de conceitos de pensamento e linguagem vazios de sentido, quase metafísicos. Como escreveu Adorno, a propaganda do fascismo "deve ser orientada psicologicamente e tem de mobilizar processos irracionais, inconscientes e regressivos".

Nesses termos, tal mensagem torna-se muitas vezes implícita no gesto, no tom viril, na incisividade, na expressão do ódio pelo tom de voz, pelo olhar, pela postura física, no viés autoritário de se manifestar. Portanto, não há necessariamente por parte do líder uma ordem para que o liderado aja de forma violenta, mas há um estímulo para que ele o faça, sobretudo quando o liderado recebe acolhimento no seu grupo ao praticar a violência.

Muitos dos que agiram violentamente contra a democracia, a Constituição, o Judiciário e contra pessoas identificadas ideologicamente com o polo oposto foram recebidos quase como heróis no ambiente bolsonarista. E, diante dessa receptividade, é secundário especular que o líder eventualmente não incite a violência contra militantes e lideranças contrárias, dado que, na realidade, o que importa é o estímulo político-afetivo que impera nessas relações. No bolsonarismo, ele é evidente.

É interessante observar ainda como alguns líderes políticos não bolsonaristas, em certa medida, validam esse tipo de comportamento e de discurso, ao traduzir os ataques dos adeptos de Bolsonaro a seus adversos como produto de uma polarização. Essa perspectiva serve para o intento de tratar Bolsonaro e Lula como se fossem dois líderes extremistas em disputa, o que definitivamente não é verdadeiro. O ex-presidente sempre foi um líder vinculado à democracia, submisso aos princípios constitucionais.

A polarização que há hoje na sociedade é diferente da que ocorria, por exemplo, entre PSDB e PT. Naquele momento histórico, havia discursos ácidos e críticas, mas nunca, no contexto daquelas divergências, a democracia esteve sob ameaça. Não é por acaso que, atualmente, figuras como Lula e Alckmin se reúnem na mesma chapa.

Ao praticar a violência contra o seu adversário, o militante bolsonarista realiza aquilo que afetivamente o líder prega e o seu grupo acolhe. Não se trata de um ato individualizado, mas da bandeira de um projeto autoritário, incivilizado e caótico de se conceber a vida social – uma conduta que deve ser repudiada por todos os democratas. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

O problema é o Brasil

ESCREVO PARA CIRO GOMES, A GENTE SE ENTENDE

por MINO CARTA

Meu caro amigo Ciro, com a franqueza que uma conversa entre nós há de ter, vou lhe dar a minha visão do problema que nos aflige, próprio de um país que não alcançou a modernidade, como escreveu o professor Belluzzo na edição celebrativa da Independência há cerca de um mês. Nosso problema é o país, cujo povo é abandonado ao seu destino de miséria e ignorância. São estas as condições em que o energúmeno demente é eleito para a Presidência da República. Enxergo o Brasil como uma obra inacabada, uma espécie de tela de Penélope feita de dia e desfeita à noite.

Somos o segundo colocado na classificação dos mais desiguais do mundo, encabeçada pela África do Sul, o país do *apartheid*, o que talvez configure a forma positiva de apresentar o problema, já que todas as nossas favelas, algumas com milhões de habitantes, são uma cópia de Soweto. Menos desigual, uma grande quantidade de países africanos. O desequilíbrio social monstruoso impede de saída uma democracia autêntica. De verdade, o País curvou-se diante das conveniências da casa-grande e dos sobrados senhoriais a consagrar a enorme discrepância entre poucos ricos, exageradamente ricos, e uma imensa multidão de miseráveis, vasculhadores de lixos nas madrugadas metropolitanas. Pouco ou nada se fez para encolher o abismo.

Creio terem sido estas as razões da sua decisão de não apoiar Lula no segundo turno. O presidente que fundou univer-

Capas de longa data

O sorriso alvar do beócio

ISAC NÓBREGA/PR

sidades em diversos pontos do nosso mapa, bem como levou força elétrica a lugares que não dispunham deste bem, enquanto se preocupava em dar satisfações aos donos do poder, na denúncia monumental de Raymundo Faoro ao focalizar uma continuidade impune desde a dinastia de Avis. Quero acentuar que entendo perfeitamente o seu empenho ao frequentar esta questão. Por outro lado, somos todos responsáveis pela eleição de Bolsonaro, beócio nestes dias ao afivelar malas destinadas a levar seu sorriso alvar, como diria Nelson Rodrigues, até o Buckingham Palace, para participar das exéquias da rainha morta.

A impávida desfaçatez deste personagem mais único do que raro deve, obviamente, ser atribuída a uma abissal ausência de informações para abrir o caminho às *fake news*, pronunciadas com a expressão de Buster Keaton. Mas *la nave va*, enquanto o Brasil se habilita ao papel de hospício. Ouso imaginar que aí estão as razões das suas mais recentes atitudes e declarações a respeito da conjuntura atual e numa eleição que, de certa forma, avaliza o calendário golpista traçado no momento do *impeachment* de Dilma Rousseff. Prosseguimos na rota habitual da falsa normalidade, ao aceitar as consequências de um golpe a escalar do mesmo lado togados e prepotentes integrantes do Executivo.

E nos deparamos então com o descalabro de uma conjuntura forjada para enganar a todos, a começar pelos próprios golpistas. O golpe faz parte do jogo antidemocrático, ao conferir poderes ditos moderadores quando a pretensa moderação toma o caminho oposto. Pois é, meu caro Ciro, convenço-me sem dificuldade de que as suas motivações merecem o meu respeito. Oferecem uma visão do Brasil por demais precisa e eficaz. Seu rol neste momento conta com o meu respeito e os da revista *CartaCapital*. E reconhece a importância das suas definições, como contraponto a uma cansada ladainha que a nada leva. •

Ciro e os eleitores

ESTAGNADO NAS PESQUISAS, O PEDETISTA CENTRA OS ATAQUES EM LULA, MAS O CORRE O RISCO DE SE TORNAR A MAIOR VÍTIMA DO VOTO ÚTIL NO PRIMEIRO TURNO

por ANDRÉ BARROCAL

Ciro Gomes tenta pela quarta vez chegar à Presidência da República. Seria um recordista no quesito não estivesse em campo Lula, que concorre pela sexta. Nas três disputas anteriores, o pedetista obteve porcentuais parecidos: 10,9% dos votos válidos em 1998, 11,9% em 2002 e 12,4% em 2018. Agora, arrisca-se a encolher. Nas últimas pesquisas, oscila de 7% a 8%. A essa altura da campanha passada, exibia 13% no Datafolha. Atualmente, perde até no Ceará, onde foi governador, prefeito e primeiro colocado quatro anos atrás, à frente de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad. Ao entrar no páreo de novo, queria romper a dita "polarização" entre Bolsonaro e Lula, presidente e ex-presidente em cena, fato raríssimo no mundo. O capitão e o metalúrgico possuem eleitores convictos, mais de 80% dizem estar decididos e que não mudarão o voto até 2 de outubro. No caso de Ciro, o índice é de 45%. "Se eu não for eleito, chega pra mim", disse na quarta-feira 14, a repetir promessa de eleições passadas.

Em 2018, ficou claro o namoro do pedetista com o antipetismo. Após o primeiro turno, Ciro viajou a Paris para não subir no palanque de Haddad. Um colaborador naquela campanha diz há tempos que muitos eleitores ciristas jamais esqueceriam o retiro parisiense e que o presidenciável pagaria nesta disputa o preço que a ambientalista Marina Silva pagou na anterior (1% dos votos), por ter beijado a mão do tucano Aécio Neves em 2014, na reeleição de Dilma Rousseff. Ciro preferiu, no entanto, redobrar a aposta. Na campanha atual, tem mirado mais em Lula do que em Bolsonaro. Em tese, o objetivo seria aglutinar o antipetismo em torno de seu nome e tirar o capitão do segundo turno. Mas o efeito parece outro. "Quando ele cai na agressividade, presta serviço para uma candidatura que eu caracterizo como fascista", afirma Edinho Silva, um dos coordenadores da comunicação da campanha petista.

O PT VAI REFORÇAR A CAMPANHA POR UM DESFECHO EM 2 DE OUTUBRO, O QUE ACIRRA O ÂNIMO DOS CIRISTAS

"Fascismo de esquerda", comentou Ciro na quarta-feira 14, a respeito do PT. Curioso: o pedetista vende-se como opção para superar a polarização que chama de "odienta", mas alimenta diariamente outro vértice de ódio. Vejam-se, por exemplo, as posições de dois colaboradores. O reverendo Claudio Moreira comanda o Movimento Cristãos Trabalhistas, grupo do PDT. Para ele, o "lulopetismo" é pior do que o bolsonarismo, pois "deforma a democracia de forma muito mais consistente". Moreira dirige a comunicação da prefeitura gaúcha de São Gabriel, município cujo prefeito é do PL de Bolsonaro. Gustavo Castañon, professor de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora, é assessor do PDT no Senado. Defensor de que Lula prove que não tem mais câncer,

diz ter tanta vergonha de ser confundido com um bolsonarista quanto com um petista. E pergunta no Twitter: "Será, realmente, que Bolsonaro é uma ameaça à democracia maior que o PT?"

A bronca do cirismo com o lulismo disparou diante da ofensiva pelo voto útil no ex-presidente, situação capaz de desidratar o pedetista. Entre os simpatizantes de Ciro, 55% admitem mudar de voto, conforme pesquisa Datafolha do dia 9, e um terço aceitaria votar em Lula no primeiro turno para liquidar a eleição, de acordo com levantamento Genial/Quaest da quarta-feira 14. A investida do PT tem dois motivos. Um é o desejo de evitar mais quatro semanas de guerra com Bolsonaro. Esticar a corda talvez produza mais cadáveres (até o momento são dois nesta eleição). O outro é um futuro governo. Se Lula triunfar de cara, devedor apenas da maior coligação de partidos progressistas que já reuniu, estará solto para adotar uma política econômica menos dependente das vontades do "mercado". Um dos argumentos do pedetista para concorrer repousa justamente na crítica à semelhança entre a política econômica de Lula e aquela de Fernando Henrique Cardoso, subordinadas ao setor financeiro. Ironicamente, ao contribuir para adiar o desfecho, Ciro atende, porém, ao desejo do "mercado". "O segundo turno interessa para a burguesia, para rebaixar o nosso programa", diz o deputado Paulo Teixeira, secretário-geral do PT.

A ofensiva pelo voto útil foi simbolizada no apoio de Marina a Lula, um reencontro depois de longa ruptura. A ambientalista foi ministra do petista de 2003 a 2008 e em 2009 filiou-se ao PV, pelo qual disputou a Presidência em 2010 contra Dilma Rousseff, duelo repetido em 2014, quando Marina estava do PSB. A reaproximação com Lula demorou a se consumar. Quando a Rede, partido da ex-ministra, declarou apoio ao petista, em abril, ela não compareceu. Queria um convite VIP de Lula, enfim consumado no domingo 11. "Reconheço legítimos os demais esforços que estão sendo feitos para se tornarem alternativa. Mas compreendo que,

Ao selar as pazes com Lula, Marina Silva mandou um recado a Ciro e demais candidatos da "terceira via": o mais importante é derrotar Bolsonaro

KEINY ANDRADE E RICARDO STUCKERT

Contra a vontade dos irmãos Cid e Ivo, Ciro rompeu a aliança com o PT no Ceará e bancou a candidatura de Roberto Cláudio. O resultado no estado vai definir o futuro das relações dos dois partidos

nesse momento crucial da nossa História, quem reúne as maiores e melhores condições para derrotar Bolsonaro e a semente maléfica do bolsonarismo que está se implementando no seio da nossa sociedade, agredindo irmãos brasileiros, ceifando vida de pessoas por pensarem diferente, é a sua candidatura", declarou Marina a Lula no encontro da segunda-feira 12.

As palavras da ambientalista em grande medida dirigiram-se aos eleitores da "terceira via", Ciro incluído. Na véspera, o pedetista havia dito em vídeo nas redes sociais que o lulismo era culpado pela polarização e que a própria Marina tinha sofrido na pele. "Quem inventou esse negócio de 'nós contra eles', estigmatizando os adversários, com a maior desonestidade, violência, e truculência na política brasileira não foi o Bolsonaro. O Bolsonaro é cria da cultura de ódio do Lula e do PT. Não é, Marina Silva?". O ministro das Comunicações, Fabio Faria, compartilhou o vídeo nas redes sociais.

O tom da declaração de Marina, o de ser preciso enterrar logo o autoritarismo de Bolsonaro, foi usado por outras personalidades nos últimos dias em defesa do voto útil em Lula. Do mundo da bola, saíram as vozes do jornalista Juca Kfouri e do ex-jogador Raí. Do artístico, o cantor Otto e o ator-deputado Alexandre Frota. Registre-se que outros figurões tinham aderido a Lula, como o músico Caetano Veloso e o ator Gregório Duvivier, ambosciristas em 2018, o ex-jogador Casagrande, as cantoras Ivete Sangalo e Anitta. O roqueiro Tico Santa Cruz, outro eleitor do pedetista, se disse disposto a apertar o 13 no dia 2 de outubro caso o seu candidato preferido não reaja nas pesquisas até lá.

"O BOLSONARO É CRIA DA CULTURA DE ÓDIO DO LULA E DO PT", INSISTE CIRO, EM UMA TOADA DESPROVIDA DE ESTRATÉGIA A ESTA ALTURA DA CAMPANHA

"A história desse momento na eleição é do voto útil", diz o cientista Felipe Nunes, da consultoria e pesquisadora Quaest. E, sim, "existe mercado" para esse voto, prossegue. De cada quatro eleitores, um admite fazer voto útil, conforme a pesquisa Genial/Quaest. São 33% entre os ciristas, 20% entre os indecisos e 19% entre os partidários de Simone Tebet, do MDB. Tudo somado, há cerca de 5% de voto útil potencial, índice suficiente para Lula vencer no primeiro turno.

Ciro está uma fera com essa possibilidade e com a campanha aberta, embora, na reta final de 2018, tenha se valido de estratégia parecida na esperança de ultrapassar Haddad e enfrentar Bolsonaro no segundo turno. Segundo o pedetista, Lula ainda está à frente nas pesquisas, mas "certamente seguirá, até o dia da eleição, perdendo votos para o crescente antipetismo". Para impedir a sangria de seus eleitores, divulgou nas redes sociais vídeos com jovens e a ideia de que "o voto útil é tornar o seu sonho inútil", "o seu amor inútil". Peças elaboradoras pelo publicitário João Santana. Este guarda certa mágoa do PT, por ter sido preso e condenado na Operação Lava Jato. Em 2020, dizia que a chapa ideal contra Bolsonaro teria Ciro presidente e Lula vice. Agora, afirma um colaborador do PDT, a parceria entre o publicitário e presidenciável "juntou o ódio com a raiva".

O “ódio com a raiva” abastecem o antipetismo sobretudo na classe média. No Datafolha de 9 de setembro, Ciro tinha 7%, mesmo porcentual de maio. Em alguns grupos específicos, saía-se, porém, melhor: 10% entre aqueles com ensino superior e 13% entre quem ganha mais de 10 salários mínimos, cerca de 12 mil reais. No grupo de eleitores jovens, um dos focos de sua campanha, também vai levemente melhor, 9%. O festival de pesquisas neste ano tem destoado um pouco, pois o Brasil não sabe quantos pobres tem, dada a falta de informações confiáveis produzidas pelo IBGE. Os institutos entrevistam quantidade diferente de cidadãos de baixa renda. Nos levantamentos com mais gente das classes populares, Lula está perto de vencer no primeiro turno. O que é possível dizer sem erro é que, não importam as divergências metodológicas: quanto mais pobre, mais Lula, quanto mais rico, mais Bolsonaro. Na pesquisa Genial/Quaest, o petista bateria o capitão no duelo final com a menor diferença captada pelo instituto, 48% a 40%. Em junho, dava 55% a 32%. O motivo da distância menor? “Os ataques do Ciro ao ex-presidente Lula, quando somados aos que Bolsonaro tem feito, geraram esse efeito”, diz Nunes.

O VOTO “DURO” PARA PRESIDENTE*

O porcentual do eleitorado dos quatro principais candidatos que diz que não vai mais mudar o voto - Em %

*Fonte: Pesquisa Datafolha de 9 de setembro

O PERFIL IDEOLÓGICO DOS ELEITORES DA “TERCEIRA VIA”

Autodefinição identificada em pesquisa Ipespe de 10 de setembro - Em %

A melhora homeopática de Bolsonaro não se explica apenas pela artilharia contra Lula. O corte do preço da gasolina e o desempenho da economia superior ao projetado no início do ano (o PIB cresceu 2,5% no primeiro semestre, o desemprego baixou a um dígito) parecem influenciar a classe média. Já o reajuste de 400 reais para 600 reais no Auxílio Brasil, o ex-Bolsa Família, não. Entre os brasileiros de renda até dois salários mínimos, subiu a preferência por Lula. No comitê petista, avalia-se que os números mostram semana a semana um quadro estável e que de nada adiantou o governo ter feito estripulias financeiras pela reeleição. Nem o 7 de Setembro turbinou o capitão. A Justiça Eleitoral, aliás, proibiu o presidente de usar na tevê imagens da celebração. Em suma, quanto menos tempo até o primeiro turno, pior para Bolsonaro.

Na terça-feira 13, Lula disse na *web* a comunicadores e militantes de sua candidatura ser “possível ganhar as eleições no primeiro turno” e que a fórmula do sucesso depende de esperança, coração, humanismo e suor. A decisão de seu comitê de apostar na campanha do voto útil tinha sido tomada uma semana antes. Na véspera da decisão, Ciro golpeara o petista abaixo da cintura, na bolsonarista rádio Jovem Pan: “Lula tinha filho ladrão”. A família do petista foi à Justiça para que o pedetista explique a qual filho e a qual situação se refeіria. E pedia retratação, do contrário iria processá-lo por crime contra a honra. Um dia após o único debate televisivo entre os presidenciáveis até aqui, em 28 de agosto na Band, Ciro tinha agido de forma parecida. “Lula está cada dia mais fraco, fisicamente, psicologicamente e teoricamente, para enfrentar a direita sanguinária”. Logo depois tirou a publicação do ar.

No debate, Lula estendeu a mão a Ciro, ao ser questionado por uma jornalista so-

bre hostilidades mútuas e uma possível aliança contra Bolsonaro. O petista comentou que o pedetista era um dos três políticos que tratava "com deferência", mesmo quando criticado. E que o oponente "tem o coração mais mole do que a língua". "O Lula, esse encantador de serpentes, vai na emoção das pessoas", reagiu Ciro, no preâmbulo de umas patadas. "O Bolsonaro foi um protesto absolutamente reconhecido respeitosamente por mim contra a devastadora crise econômica que o Lula e o PT produziram." E emendou: "O Lula se deixou corromper mesmo". Mais do que um gesto ao adversário, o ex-presidente quis no debate dirigir-se a quem pretende votar no pedetista, conforme um líder parlamentar petista: "O eleitor do Ciro é o único que pode levar essa eleição para cá ou para lá".

"O PDT se sente extremamente desrespeitado com a campanha do voto útil e extremamente decepcionado com a postura do PT no Ceará", diz o vice-presidente da legenda e líder da bancada na Câmara, o cearense André Figueiredo. Em uma conversa anterior com *CartaCapital* no Congresso, em 30 de agosto, Figueiredo comentava que a campanha do voto útil viria na reta final da eleição, mas que seria em vão, pois Ciro, Simone Tebet e o antipetismo avançariam. Ponderava também que a posição do PDT, que teve ministros com Lula e Dilma, em um duelo final entre o petista e o capitão, dependeria do desfecho da eleição no Ceará, por ser o estado mais importante para a sigla, principal polo de poder. Se a disputa local virasse guerra, nada de apoio a Lula. Compreensível. Dos 19 deputados pedetistas, 8 são do Ceará. O tamanho na Câmara define quanto cada partido recebe do fundo público de campanha. Quanto mais deputados, mais recursos.

No Ceará, a vida está dura para Ciro e a relação entre PT e PDT vive dias tensos. Em 2018, o ex-governador ganhou com 40% dos votos válidos, Haddad teve 33% e Bolsonaro, 21%. Agora, aparece em terceiro nas pesquisas, com cerca de 15%. Lula oscila de 50% a 55%, enquanto Bolsonaro varia de 20% a 25%. Para ter na campanha ao governo estadual um nome fiel e que não se enamorasse de Lula, Ciro bancou no fim de julho um competidor do PDT rejeitado pelo PT, em razão de atritos passados. É Roberto Claudio, ex-prefeito de Fortaleza. A decisão pôs fim a uma aliança de 16 anos entre os partidos. O PT preferia a reeleição da governadora Izolda Cela, que assumiu em março no lugar de Camilo Santana. Este, que é petista, saiu do poder para concorrer ao

Anitta aderiu faz tempo a Lula, Ivete Sangalo desceu do muro e pediu "mudança" em 2 de outubro, Tico Santa Cruz vai de 13 se Ciro não decolar nas próximas semanas e Raí faz campanha para o ex-presidente

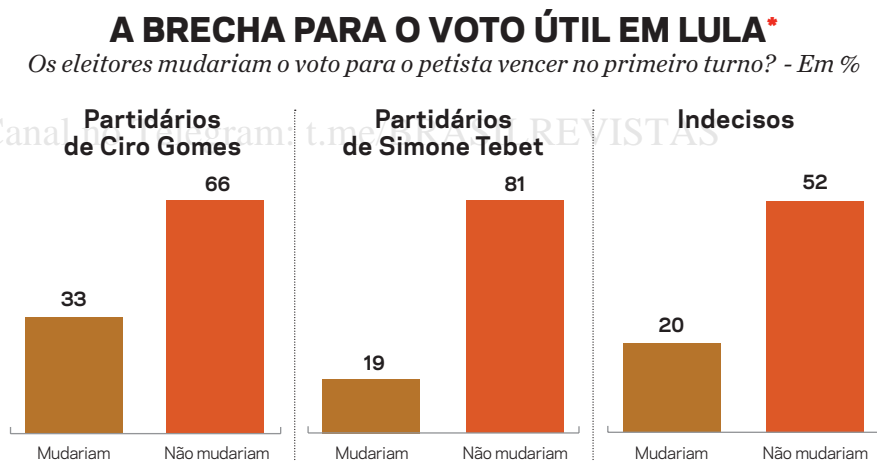
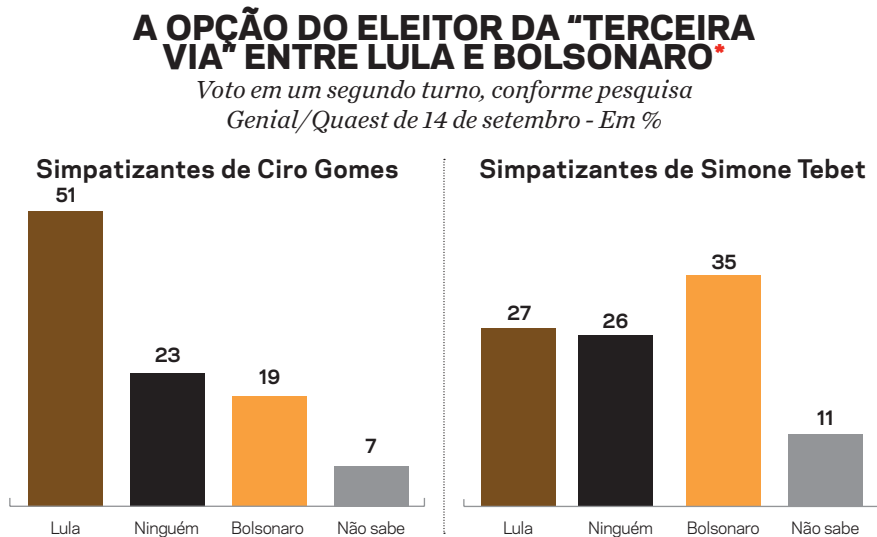
E. HORMIGUERO, CAROLINA VIANNA, JOKA MADRUGA/SEEB CURITIBA E RIR LISBOA/AGÊNCIA ZERO

ELEITORES DO PEDETISTA EM 2018, CAETANO VELOSO, GREGÓRIO DUVIVIER E TICO SANTA CRUZ DEFENDEM EXPLICITAMENTE OU ACENAM COM O VOTO ÚTIL EM LULA

Senado. Com Claudio no páreo, Santana apostou num nome do PT para governador, Elmano Freitas, deputado estadual.

Izolda saiu do PDT para apoiar Freitas. No início de agosto, sua ex-legenda baixou uma resolução para forçar a fidelidade dos filiados de todo o Brasil nas eleições deste ano, decisão feita sob medida para o Ceará. Dois irmãos políticos de Ciro, o senador licenciado Cid e o prefeito de Sobral (a terra da família) Ivo, discordaram da atitude do presidenciável e preferiram não se meter na campanha estadual. Topam manter laços com o PT, após a eleição. Mas, para tanto, o embate entre Claudio e Freitas não pode desandar. Os dois lutam para ir ao segundo turno contra o representante bolsonarista, o deputado federal Capitão Wagner, do União Brasil. O PM está na dianteira nas pesquisas, com cerca de 35%. Os outros dois empatam na casa dos 20%.

Até aqui tem havido um esforço de líderes pedetistas para não dinamitar pontes com o PT, apesar da virulência de Ciro. A relação institucional entre os partidos, ressalta Figueiredo, sempre foi boa. Por isso, os ataques de Ciro a Lula são tratados como uma posição particular do candidato. Quando Ciro disse que "Lula tinha filho ladrão", o presidente do PDT, Carlos Lupi, comentou publicamente que o candidato "tem um estilo, eu tenho outro". E fez questão de pontuar a diferença após Ciro igualar as culpas do PT e de Bolsonaro no caso do assassinato de um lulista por um bolsonarista no Mato Grosso. O crime era resultado de uma "polarização irracional", ressaltou o presidenciável. Para Lupi, foi "um assassinato alimentado pela rede de ódio inspirada em Bolsonaro".

O que fará o PDT em caso de segundo turno entre o ex-presidente e o atual? Em 2018, a legenda deu "apoio crítico" a Haddad. No momento, vai depender não só do Ceará, mas, antes de tudo, do resultado da corrida presidencial, que ainda não acabou. Falar agora de segundo turno enfraquece a candidatura de Ciro, afirma Lupi. A outra condicionante é a geopolítica interna da legenda imposta pelas urnas. Os diretórios do Ceará e do Rio de Janeiro são mais progressistas, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, a má vontade com o PT é grande. Uma coisa é, porém, certa, disse Lupi a *CartaCapital*: "Com Bolsonaro, jamais".

Em junho do ano passado, o presidente do partido apostava que em março Ciro teria de 15% a 20% nas pesquisas. E esforçou-se para turbinar a campanha. Destinou até agora 6% do fundo eleitoral do PDT ao candidato, quase o dobro da aposta do PL em Bolsonaro (3,5%). Neste momento, vê surgirem casos como o de uma candidata a deputada pelo PDT paulista, a sindicalista Monica Veloso, que distribui panfletos com a foto de Lula, enquanto dirigentes sindicais preparam uma carta a conclamar a adesão da legenda ao petista ainda no primeiro turno. "Terei orgulho de dizer aos meus filhos e netos: 'Eu não me vendi. Eu não me rendi'", tuitou Ciro na quarta-feira 14.

O pedetista tornou-se um voto de protesto. •

A OPÇÃO DO ELEITOR DA "TERCEIRA VIA" ENTRE LULA E BOLSONARO*

Voto em um segundo turno, conforme pesquisa Genial/Quaest de 14 de setembro - Em %

A BRECHA PARA O VOTO ÚTIL EM LULA*

Os eleitores mudariam o voto para o petista vencer no primeiro turno? - Em %

*Fonte: Pesquisa Genial/Quaest de 14 de setembro

Amigo oculto

ELEIÇÕES Aliados até ontem, candidatos a governador escondem Jair Bolsonaro na campanha por temer o contágio da rejeição

POR MAURÍCIO THUSWOHL

As cinco imagens de candidatos a governador que ilustram esta reportagem têm uma coisa em comum: Jair Bolsonaro não aparece em nenhuma. Objeto de rejeição superior a 50%, segundo diversas pesquisas, o ex-capitão prova de um conhecido veneno nesta reta final de campanha. Aliados que vislumbram a possibilidade concreta de vitória nas urnas fogem de Bolsonaro como o diabo foge da cruz, apavorados com a possibilidade de se contaminarem com o repúdio, sem paralelo na história republicana, a um presidente que tenta a reeleição. Para se ter uma ideia do fardo em que se transformou Bolsonaro, basta comparar sua rejeição com as de Fernando Henrique Cardoso (17%), Lula (18%) e Dilma Rousseff (24%), quando disputaram um segundo mandato.

O afastamento de governadores que surfaram na onda bolsonarista em 2018 e agora tentam se reeleger teve início no período agudo da pandemia, com Ronaldo Caiado em Goiás. Depois, estendeu-se a Romeu Zema em Minas Gerais e a Ratinho Jr. no Paraná. Na Bahia, onde o ex-prefeito de Salvador e líder nas pesquisas ACM Neto dizia-se candidato natural do bolsonarismo, o capitão foi deixado para trás ao longo do percurso. Também em primeiro nas pesquisas, Cláudio Castro esconde Bolsonaro em sua campanha no Rio de Janeiro, mesmo sendo seu correligionário. Na outra ponta da corda, candidatos com a imagem associada ao presidente aparecem com poucas chances de vitória em estados fundamentais, casos de Tarcísio de Freitas em São Paulo, Onyx Lorenzoni no Rio Grande do Sul, Carlos Viana em Minas e João Roma na Bahia.

"É a lógica eleitoral mais simples. Para ganhar uma eleição majoritária, é preciso ter o apoio de mais da metade do eleitorado. Como o Bolsonaro tem apoio majoritário somente em raríssimas situações, quem tem chance na eleição estadual foge dele com medo de que sua rejeição atrapalhe. Isso não é surpreendente, pois todo candidato, em princípio, quer ganhar", observa Marcos Coimbra, diretor do Instituto Vox Populi. Hoje, associar-se a Bolsonaro na grande maioria dos estados do Brasil "é um caminho para a derrota", avalia o sociólogo. "Por isso o escondem. Neste momento da campanha, isso é natural, a menos que o candidato não tenha uma expectativa grande de vitória."

> O ex-capitão é reprovado por mais de 50% do eleitorado, atestam diversas pesquisas

Para o cientista político Cláudio Couto, da FGV, a associação a um presidente com um nível de rejeição como o de Bolsonaro pode trazer prejuízos aos candidatos a governador: "Existe uma dinâmica na disputa estadual que independe do que ocorre na disputa nacional, ela tem uma lógica própria", diz. A percepção da necessidade política de deixar Bolsonaro de lado, acrescenta, foi fortalecida na medida em que as avaliações dos governadores junto à população foram se distanciando das do ex-capitão durante a pandemia: "Todos os candidatos com tração própria – o caso do Zema é o mais significativo, mas podemos falar também do Caiado – tiveram suas gestões bem avaliadas. Em todos esses casos, é melhor se valerem de suas próprias credenciais. Não criam rejeições nem com os eleitores de Lula nem com os de Bolsonaro".

Em Minas, a ordem na campanha de Zema é fazer de conta que a proximidade com Bolsonaro, tão apregoada em 2018, nunca existiu. Naquela ocasião, o tsunami bolsonarista arrastou o candidato do Novo da última para a primeira colocação nas semanas que antecederam as eleições, mas agora a situação é diferente. Segundo o Ipec, o governador, com 47% das intenções de voto, está a um passo da reeleição. Seu principal adversário,

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 22

Cabo eleitoral. No Nordeste, Lula é incensado pela maioria dos candidatos competitivos

Sai da minha aba. Cláudio Castro só esteve com o presidente no 7 de Setembro e em um jogo do Flamengo. Na tevê e no rádio, o ignora completamente. Eleito no embalo da onda bolsonarista, Romeu Zema também guarda distância segura do "Mito"

ROGÉRIO SANTANA E REDES SOCIAIS

Alexandre Kalil, do PSD, aparece com 31%. Lançado por Bolsonaro após ruírem seus esforços para convencer Zema a repetir a dobradinha, Carlos Viana, do PL, figura com míseros 2%.

No Rio, Castro, do PL, ignora o ex-capitão em sua propaganda eleitoral no rádio e na tevê e repete por onde passa que "a eleição estadual não tem nada a ver com a disputa nacional". Jamais visto ao lado de Bolsonaro, exceção feita às aparições conjuntas no 7 de Setembro em Copacabana e no jogo do Flamengo realizado no mesmo dia no Maracanã, o governador lidera a pesquisa Ipec divulgada em 5 de setembro, com 37% das intenções de voto, seguido por Marcelo Freixo, do PSB, com 22%, e Rodrigo Neves, do PDT, com 7%. O abandono é acentuado no interior, onde está em pleno andamento o fenômeno batizado como "CastroLula", que une candidatos a deputado e prefeitos que declaram voto em Lula e no governador.

"Vale lembrar que Castro sempre teve uma relação amistosa com André Ceciliano, o candidato do PT ao Senado, e também com um dos principais dirigentes petistas do Rio, Washington Quaquá. Ele não quer nacionalizar a campanha porque, ao contrário de 2018, não há uma onda antilulista ou antipetista no estado", observa o sociólogo Luiz Eduardo Motta, da UFRJ. Ele lembra que "Bolsonaro deu um banho em 2018", mas que isso não acontece agora em um quadro de equilíbrio entre ele e Lula: "Dentro do grande arco de alianças que Castro tem, sobretudo no interior, existe risco em apoiar o candidato A ou B. Seu objetivo principal é a própria reeleição e ele tem aliança tanto com prefeitos fechados com Bolsonaro quanto com aqueles que apoiam Lula".

Algo semelhante acontece em Minas, onde o movimento "LuZema" reúne prefeitos e candidatos a deputado que apoiam Lula e Zema. O estado havia protagonizado o "Lulécio", que uniu os votos em Lula e Aécio Neves em 2002, e o "Dilmasia", a repetir a dose com Dilma e Antonio Anastasia em 2006. Nestas eleições, movimentos semelhantes não influenciarão de forma significativa o resultado, pondera Coimbra. "É pouco provável que um candidato a governador consiga levar votos para um presidenciável como Lula ou até mesmo como Bolsonaro. Ambos já têm um nível muito alto de intenções de voto. Acontece o inverso: o prestígio do Lula os ajuda. Tanto é que a estratégia eleitoral 'Luzema' partiu da campanha de Zema, e não da de Lula."

Hostilizar Lula no Nordeste é cavar a própria derrota, observa Coimbra, do Vox Populi

Em Goiás, Ronaldo Caiado, do União Brasil, lidera a mais recente pesquisa, realizada pela Diagnóstico, com 45% das intenções de voto. Colado com Bolsonaro após o rompimento deste com o governador, o candidato do PL, Major Vitor Hugo, patina com 5%, mas outro candidato que se intitula bolsonarista, Gustavo Mendanha, do Patriota, aparece em

REDES SOCIAIS

Muy amigos. ACM Neto, Ronaldo Caiado e Ratinho Jr. também viraram as costas para o antigo parceiro

segundo lugar com 27%. Na Bahia, ACM Neto tem 56% das intenções de voto e lidera seguido por Jerônimo Rodrigues, do PT, com 13%. O candidato bolsonarista, João Roma, do PL, amarga o terceiro lugar com somente 7%.

O desempenho aquém do esperado repete-se com alguns candidatos que abraçaram Bolsonaro, mas ainda podem ir ao segundo turno, caso de Onyx Lorenzoni, do PL, no Rio Grande do Sul, em segundo lugar na pesquisa Ipec com 24%, atrás de Eduardo Leite, do PSDB, que tem 38%. Outro exemplo é Tarcísio de Freitas, do Republicanos, em São Paulo, segundo colocado com 21%, atrás do petista Fernando Haddad, com 36%, e ainda ameaçado pelo atual governador Rodrigo Garcia, do PSDB, a figurar com 16% na mais recente pesquisa Ipespe.

Couto diz que colar com Bolsonaro pode ser até bom para candidatos que não têm muito lastro eleitoral e tentam decolar junto aos setores que hoje apoiam o ex-capitão: "O que seria o Tarcísio se ele não fosse candidato do Bolsonaro? Ele nunca viveu em São Paulo, não tem qualquer identificação, mas tem o trunfo do apoio do presidente sabendo-se que, no estado, há um contingente significativo de simpatizantes do governo federal e de Bolsonaro em particular", diz. Em outros casos, avalia, o bolsonarismo lançou candidaturas a governador sem chances de vitória por falta de opção mesmo: "Na Bahia, Roma tinha lá suas ambições próprias, mas, ao que tudo indica, vai naufragar. Em Minas, o lançamento de Viana serviu somente para que Bolsonaro tivesse um palanque, então colocou ali um criador de dificuldades para o Zema".

Ironicamente, até mesmo dois baluartes do atual governo incentivam o abandono a Bolsonaro nas disputas estaduais. Em Alagoas, o comando da campanha do candidato ao governo apoiado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, decidiu nesta reta final que esconder o ex-capitão é a única forma de chegar ao segundo turno. Com 16% na mais recente pesquisa, Rodrigo Cunha, do UB, está em situação de empate técnico com Rui Palmeira, do PSD, que tem 17%, e Fernando Collor, do PTB, com 15%. Paulo Dantas, do MDB, lidera com 23% em uma das disputas estaduais mais acirradas este ano. No Piauí, a campanha de Silvio Mendes, do UB, candidato apoiado pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, chegou a dar entrada em uma ação no Tribunal Regional Eleitoral para impedir que a campanha de Bolsonaro produzisse material de propaganda conjunto. Mendes lidera a mais recente pesquisa com 43%, seguido por Rafael Fonteles, do PT, com 29%. Lançado por Bolsonaro, Coronel Diogo Melo, do PL, surge em terceiro com apenas 3% das intenções de voto.

O detalhe é que uma prima de Lira é vice na chapa de Cunha e a ex-mulher de Nogueira é vice na chapa de Mendes. O abandono a Bolsonaro pelos dois aliados é explícito. "Ser candidato bolsonarista no Nordeste não é fácil. Com o caminhão de dinheiro do orçamento secreto eles podem eventualmente ter sucesso nas disputas proporcionais, mas para governador é bem mais complicado. Lira e Nogueira não querem sofrer o desgaste de ser bolsonaristas em regiões claramente lulistas. É basicamente disso que se trata", afirma Couto.

Coimbra segue o raciocínio: "Quem tem um mínimo de capacidade de avaliação do que está acontecendo no seu estado – e tanto o Lira quanto o Nogueira têm – está vendo que Lula tem uma enorme intenção de voto. Não é surpreendente que ambos vejam a eleição de Bolsonaro como pouco provável". Para o sociólogo, na maioria dos estados do Nordeste ser o candidato do Lula é "quase uma garantia" de vitória: "Hostilizar o Lula no Piauí chega a ser uma irracionalidade, considerando que ele tem 70% de intenções de voto. Você acha que Nogueira vai dar murro em ponta de faca?"

Voto casado

NORDESTE Os candidatos do campo progressista agarram-se a Lula para deslanchar na reta final da campanha

POR FABÍOLA MENDONÇA

Segundo maior colégio eleitoral do Brasil, com quase 42 milhões de votantes, o Nordeste firmou-se como a região onde, historicamente, o campo progressista tem seu melhor desempenho nas disputas estaduais. Agora, essa hegemonia está ameaçada, embora o ex-presidente Lula, do PT, continue liderando com folga em todas as pesquisas de intenções de voto para presidente, com 61% nas preferências do eleitorado. O favoritismo não tem, porém, favorecido os candidatos a governador apoiados pelo líder petista.

Dos nove estados nordestinos, os lulistas só aparecem à frente nas pesquisas em três: Rio Grande do Norte, com Fátima Bezerra (PT), Alagoas, com Paulo Dantas (MDB), e Maranhão, com Carlos Brandão (PSB). Em estados importantes, como Bahia, Ceará e Piauí, onde o PT está no comando há muitos anos, os candidatos de Lula enfrentam dificuldade para emplacar seus nomes e correm contra o tempo para reverter a desvantagem até 2 de outubro. A estratégia, na reta final, é colar ainda mais o palanque estadual à imagem de Lula, a fim de induzir o eleitor ao chamado "voto casado".

Um dos maiores desafios é reverter a situação na Bahia, onde o PT governa desde 2007 e seu candidato, Jerônimo Rodrigues, está 21 pontos atrás do primeiro colocado, o ex-prefeito de Salvador ACM Neto, do União Brasil. Apesar da grande diferença, o cenário já foi pior. Em pesquisa Datafolha divulgada na quarta-feira 14, Rodrigues aparece com 28%, 12 pontos porcentuais a mais que o levantamento anterior, do fim de agosto. ACM Neto, por sua vez, caiu de 54% para 49%. Já o bolsonarista João Roma, do PL, continua estagnado, com parcos 7% das intenções de voto.

Caso o cenário seja mantido, a eleição pode ser liquidada no primeiro turno. Rodrigues acredita, porém, na força de Lula para chegar ao segundo turno. "Quando as pessoas entendem que sou o único candidato de Lula na Bahia, fazem a escolha pelo voto casado. A avaliação de Rui Costa, que tem aprovação de cerca de 80% dos baianos, é outro fator que tem fortalecido a nossa candidatura", justifica o petista, lembrando que, nas últimas eleições, as pesquisas indicavam derrota dos candidatos petistas ao governo e as urnas deram vi-

O ex-presidente possui, em média, 61% das intenções de voto na região

RICARDO STUCKERT

Bahia. Jerônimo Rodrigues espera reverter a desvantagem para ACM Neto com a força de seu poderoso padrinho

tória ao partido logo no primeiro turno.

Cláudio André de Souza, cientista político e professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), avalia que a tendência é o candidato petista crescer ainda mais. Mas ele aponta ao menos três motivos que colocam ACM Neto como favorito. O primeiro é o desconhecimento, por parte do eleitor, em relação a Jerônimo Rodrigues, ex-secretário de Educação do governo Rui Costa. Em oposição, ACM Neto desfruta de uma ampla visibilidade por ter sido ex-prefeito de Salvador por dois mandatos, deixou o governo com alta aprovação, fez seu sucessor e ainda elegeu prefeitos em grandes colégios eleitorais no estado, como Feira de Santana, Camaçari e Vitória da Conquista. Além disso, o candidato do União Brasil está há dois anos em campanha, desde que deixou a prefeitura, percorrendo todo o estado para amarrar alianças.

Em segundo lugar, o nome de Rodrigues para a disputa só surgiu em março deste ano, depois da desistência de Jaques Wagner de concorrer novamente ao posto, gerando um racha na aliança que governa a Bahia e levando o PP do vice-governador João Leão para o palanque de ACM Neto. Somando-se a esses dois fatores, conta ainda a favor do ex-prefeito o discurso moderado que ele resolveu adotar em relação a Lula, de olho no peso eleitoral do petista no estado. "Não existe isso de que o governador tem de ser do mesmo partido do presidente. Eu vou trabalhar com o próximo presidente do Brasil, seja quem for. Vamos acabar com essa história", discursou o ex-prefeito de Salvador, em comício na noite da terça 12, no município de São Francisco do Conde. "Em nenhum momento ACM Neto partiu para o confronto, nem mesmo com o governo de Rui Costa. Ele sabe da força do 13", explica Souza.

No Piauí e no Ceará, os candidatos petistas também apostam todas as fichas em Lula, para garantir vaga no segundo turno. São dois estados com um amplo legado petista e que contam com o peso de ex-governadores bem avaliados e que disputam vagas para o senado, Wellington Dias e Camilo Santana, respectivamente. Depois da implosão da aliança entre PT e PDT que governava o Ceará por 16 anos, o nome petista ao governo, Elmano de Freitas, só foi lançado há pouco mais de um mês e não é ainda muito conhecido pelo eleitorado. Disputa a segunda colocação com o pedetista e ex-prefeito de Fortaleza Roberto Cláudio. Os dois aparecem tecnicamente empatados em todas as pesquisas, atrás de Capitão Wagner, do União Brasil, candidato que tenta se descolar de Bolsonaro, mas com histórico bolsonarista.

Na pesquisa Ipec de 9 de setembro, Capitão Wagner liderava com 35%, Freitas tinha 22% e Cláudio 21%. No Real Time Big Data do dia 12, o petista pontuava 26% e o pedetista 22%, enquanto o candidato do União Brasil tinha 36%, números similares ao Ipespe do dia 13: Capitão Wagner 36%, Freitas 23% e Cláudio 22%. Além do prestígio de Lula, que lidera com 57% das intenções de voto no Ceará, a campanha de Freitas aposta na liderança de Camilo Santana, que aparece com mais de 60% das preferências do eleitorado para senador. "O racha entre PT e PDT criou dois grupos que disputam a base governista. Elmano tem um palanque muito forte, o de Lula e Camilo, e tenho observado que essas movimentações têm começado a dar resultado. Elmano apresenta-se como candidato da continuidade, como herdeiro do Camilo, como verdadeiro nome governista", salienta a socióloga

Continuidade. No Ceará, Elmano de Freitas explora a boa avaliação do governo de Camilo Santana

Monalisa Torres, professora da Universidade Estadual do Ceará.

A pesquisadora destaca também a dificuldade enfrentada por Roberto Cláudio, candidato de Ciro Gomes, do PDT, terceiro lugar na disputa presidencial entre os cearenses, atrás até mesmo de Bolsonaro. Ela lembra que o nome de Cláudio não é consenso no PDT, nem mesmo no clã Ferreira Gomes. Cid e Ivo, irmãos de Ciro, preferiam a manutenção da aliança com o PT e, para isso, defendiam a indicação da governadora Izolda Cela para a reeleição. Depois de ser preterida, Cela desfiliou-se do PDT.

No Piauí, a queda de braço se dá entre o petista Rafael Fonteles, candidato de Lula, e de Wellington Dias, e Sílvio Mendes, do União Brasil, cujo principal padrinho é o ministro da Casa Civil de Bolsonaro, Ciro Nogueira. Há um choque nos números das pesquisas no Estado. No Ipec do dia 12, Mendes aparece com 43% e Fonteles com 29%. Na mesma data, o Instituto Amostragem divulgou um estudo em que o petista tem uma leve vantagem em relação Mendes, 38% e 36,75%, respectivamente. No DataMax, Fonteles também aparece na frente, com 40,95%, e Mendes pontua 36,85%. Segundo o Instituto Census, o candidato de Lula tem 35,07% das intenções de voto, porcentual que chega a 45,35% quando o nome dele é associado ao ex-presidente. Mendes aparece com 30,10%. “O resultado do Ipec destoa dos dados aferidos pelos demais institutos, com reconhecida credibilidade”, diz Chico Lucas, coordenador-geral da campanha.

“O tempo é um recurso precioso para Rafael Fonteles, pois, quanto mais ele consegue convencer os eleitores de que é o candidato de Lula, mais tende a subir nas pesquisas. Já para Sílvio Mendes, o foco é estadualizar a disputa, ou seja, tratar a eleição como um processo que acontece exclusivamente no Piauí. O problema é que o nosso modelo incentiva estratégias eleitorais e de campanha alinhadas. Lula, definitivamente, é um excelente ativo para a candidatura petista no estado. Rafael nunca foi candidato a cargos eletivos, diferentemente de Sílvio Mendes, que já foi prefeito de Teresina e candidato derrotado ao governo do estado”, avalia o cientista político Vítor Sandes, professor da Universidade Federal do Piauí. Wellington Dias lidera com folga a disputa para senador, com a média de 50% das preferências, e faz campanha casada para eleger Fonteles.

Luciana Santana, cientista política da Universidade Federal de Alagoas e integrante do Observatório das Eleições, classifica a disputa no Nordeste como atípica, considerando que candidatos ao Senado são puxadores de voto. E que essa falta de protagonismo dos cabeças de chapa tem levado o presidente Bolsonaro a tentar avançar na região, que é ma-

joritariamente progressista, ainda que continue em desvantagem. Para ele, o que avançar é lucro. "Bolsonaro tenta minar a força do PT e isso está acontecendo de forma clara no Ceará, no Piauí e em Sergipe. O que não minimiza o papel de Lula, até porque os problemas dos candidatos nos estados são muito locais também, da própria articulação dos nomes para a disputa, um problema sério no Brasil, que é a renovação de lideranças. E ela precisa acontecer de forma mais antecipada, não apenas no período eleitoral."

"Para entender a articulação entre os níveis nacional e local, ou regional, é preciso considerar uma das grandes dificuldades do federalismo brasileiro, que é marcado por assimetrias, por desigualdades, inclusive socioeconômicas. O segundo ponto é jogar luz para a dinâmica dos agrupamentos políticos em configurações específicas, se eles são fragmentados ou se têm uma grande concentração", completa a socióloga Fernanda Rios Petrarca, da Universidade Federal de Sergipe, estado onde Lula tem 54% das intenções de voto. Lá, o candidato petista ao governo do estado é Rogério Carvalho, que briga com Fábio Mitidieri, do PSD, pelo segundo lugar nas pesquisas. Na Ipec do fim de agosto, Carvalho tinha 12% e o pessedista 16%. O candidato de Bolsonaro, Valmir de Francisquinho, do PL, aparece no levantamento com 29%, mas ele teve sua candidatura cassada pela Justiça Eleitoral, deixando o cenário em Sergipe indefinido.

Em alguns estados, Lula conta com dois palanques: o da aliança local e o "extraoficial"

Em Pernambuco e Paraíba, Lula tende a sair vitorioso, até porque o petista dispõe de dois palanques, um oficial e outro extraoficial. Marília Arraes, do Solidariedade, é a preferida dos pernambucanos, com 35% das intenções de voto, enquanto o candidato lulista, Danilo Cabral, do PSB, tem 12%, disputando a segunda colocação com o bolsonarista Anderson Ferreira, com 13%. Os dados são do Ipespe de 13 de setembro. "As alianças políticas num estado federativo não guardam simetria política, obedecem a outros critérios locais, a interesses, cálculos e conveniências eleitorais", explica o cientista político Michel Zaidan, da Universidade Federal de Pernambuco.

Na Paraíba, o governador João Azevedo também não é o candidato de Lula, mas faz campanha casada com o presidenciável. Pontua 32%, segundo a pesquisa Ipec do fim de agosto, enquanto Veneziano Vital do Rêgo, do MDB e apoiado por Lula, tem 14%. Ele empata tecnicamente com o tucano Pedro Cunha Lima (16%) e o bolsonarista Nilvan Ferreira (15%). "O que houve foi um retardamento na percepção das pessoas no reconhecimento da candidatura de Veneziano como a do campo popular, apoiado por nós, pelo Lula e por mim", justifica Ricardo Coutinho, do PT, ex-governador e candidato a senador, que lidera as pesquisas com 30%. "De alguma maneira, as candidaturas tanto de João Azevedo quanto de Veneziano Vital estão dentro do espectro da aliança de Lula. Se computarmos as intenções de voto dos dois, chegaríamos então na casa dos 46%, muito próximo dos 50% de indicações de voto em Lula apresentados na última pesquisa. Há uma verossimilhança entre as escolhas estaduais e nacional na Paraíba, e não um descompasso", pontua José Artigas, cientista político e professor da UFPB.

Queda de braço. No Piauí, Fonteles apoia-se em Lula e Dias para superar Sílvio Mendes, aliado de Ciro Nogueira

REDES SOCIAIS

Já envelheceu?

PODER Protagonistas das eleições de 2018, os arautos da "nova política" acabaram engolidos pelo bolsonarismo

POR MARIANA SERAFINI

Na semana em que Bolsonaro foi eleito presidente, em 2018, o MBL atingia seu pico de audiência nas redes sociais. No Facebook, bateu a marca de 15 milhões de interações. Agora, faltando duas semanas para o primeiro turno das eleições, o número despencou para 17 mil interações. O que explica um derretimento tão expressivo em quatro anos? Na avaliação do cientista político Cláudio Couto, professor da FGV de São Paulo, os expoentes do MBL, defensores de uma agenda ultraliberal, não conseguiram surfar na onda do bolsonarismo e acabaram às margens do debate político, hoje pautado pelo capitão, sua família e seus escudeiros mais fiéis.

"O bolsonarismo realmente teve sucesso em se tornar um movimento de massa. Além do mais, conta com muitos recursos do próprio governo, e o Bolsonaro não hesita em usar recursos do governo em benefício próprio", afirma Couto. "Já esses grupos da 'nova direita', como o MBL, não tiveram essa mesma capacidade de mobilização, e boa parte dos seguidores deles acabou assimilando o bolsonarismo, de forma que ficaram órfãos."

O MBL surgiu na esteira das manifestações de julho de 2013. Com um discurso de demonização da "velha política", o movimento tornou-se um dos principais propagandistas da Operação Lava Jato e liderou os atos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. Protagonista desse processo, Kim Kataguiri chegou a figurar na lista dos jovens mais influentes do mundo da revista *Time*, em 2015, e elegeu-se deputado federal três anos mais tarde com o quarto maior número de votos. À época, ele não hesitou em apoiar Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2018. Afastou-se do ex-capitão ainda no primeiro ano de governo e rompeu de vez após o ex-ministro Sergio Moro ser enxotado do governo. Hoje, defende o voto "nem-nem". "Nem Lula, nem Bolsonaro, eu voto nulo no primeiro e no segundo turno", diz o candidato à reeleição na Câmara, em vídeo recente no YouTube, onde também vem perdendo audiência. Pudera. Suas principais propostas são "redução dos impostos" e a "privatização de todas as estatais". Discurso manjado, que em nada difere da cantilena de Paulo Guedes, o Posto Ipiranga de Bolsonaro.

> Em 2018, o MBL teve 15 milhões de interações em uma única semana. Hoje, elas giram em torno de 17 mil

Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da Ufes, Fábio Malini, especialista em análise de dados nas redes sociais, vê um apagão do nome do MBL no debate político deste ano: "Depois das desavenças com o bolsonarismo, hoje esse pessoal do MBL apanha muito mais da direita do que da esquerda na internet. E desapareceram".

Além de ter ficado sem um nome de expressão nacional para se apoiar, uma vez que descolou de Bolsonaro e viu Moro ruir, Kataguiri também ficou em maus lençóis após ver seus amigos Renan Santos e Arthur do Val, o Mamãe Falei, serem acusados de evasão de divisas e turismo sexual durante uma viagem à Ucrânia, com o alegado propósito de auxiliar os refugiados.

Fundador do MBL e espécie de ideólogo do movimento, Renan Santos e outros integrantes de sua família também entraram na mira do Ministério Público de São Paulo por suspeita de lavagem de dinheiro, além de possuírem dívidas milionárias com a União. Já Arthur do Val, que fez carreira no YouTube e se elegeu em 2018 como o segundo deputado estadual mais votado de São Paulo, teve vida curta na política. Flagrado em áudio dizendo que as mulheres ucranianas "são fáceis porque são pobres" e delatando o *tour de blonde* que Santos fazia no Leste Europeu, acabou cassado pelos colegas da Assembleia Legislativa de São Paulo.

A eleição de Bolsonaro à Presidência representou a institucionalização de uma direita radical que jamais havia chegado ao poder, avalia o cientista político João Feres Jr., coordenador do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública da Uerj. "A correlação de forças mudou e o MBL passou a perder seguidores", observa. O discurso "antissistema" do gru-

po, acrescenta, também perdeu o sentido. "Ao chegar no Legislativo, eles passaram a operar na lógica eleitoral, a trabalhar pela manutenção do mandato."

Como não existe vácuo na política, boa parte do público do MBL migrou para o bolsonarismo. Não à toa, uma das lideranças que mais crescem hoje nas redes é a deputada federal Carla Zambelli, do PL. Fundadora do movimento Nas Ruas e uma das vozes mais estridentes pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, ela demonstrou fidelidade canina ao atual ocupante do Palácio do Planalto. Chegou a virar as costas para Moro, seu padrinho de casamento, e, sempre colada à imagem do capitão, não para de crescer nas redes sociais. Somente no Instagram, cresce em torno de 2,6% por semana.

Os integrantes do MBL não os únicos representantes da "nova política" a cair no ostracismo. Coautora do pedido

Estrelas cadentes. Kim Kataguiri virou coadjuvante no debate político, "Mamãe Falei" encerrou a carreira de forma precoce e Janaína Paschoal vê o sonho do Senado se esvair

KELLY FUZARO/TV BAND, ALESP E TONINHO BARBOSA/DEM

de *impeachment* de Dilma e deputada estadual mais votada da história do País, Janaina Paschoal, hoje filiada ao PRTB, disputa uma vaga no Senado por São Paulo, mas figura com apenas 5% das intenções de voto, segundo a pesquisa Ipec de 7 de setembro. Outra que rompeu com o capitão e viu encolher sua base é a deputada federal Joice Hasselmann, do PSDB. Se tinha pretensão de alçar voos maiores, ela se esvaiu em meio a trocas de acusações com Bolsonaro e os filhos dele.

A autora do livro *Menos Marx, Mais Mises: o Liberalismo e a Nova Direita no Brasil*, a cientista política Camila Rocha explica que essa nova direita pode ser separada basicamente em três grupos: "Tem os que se declaram abertamente antibolsonaristas, outra parcela que fica meio em cima do muro, sempre esperando para ver qual vai ser o rumo das eleições, porque têm interesse político nisso, e os que continuam bolsonaristas até hoje".

Quem não abraçou o capitão enfrenta as maiores dificuldades no momento.

A bancada de "novas lideranças políticas" financiada pelo empresário Jorge Paulo Lemann tampouco empolgou. Por

Carla Zambelli, que se manteve leal ao capitão, ainda surfa em sua popularidade

meio de sua fundação, ele investiu na formação de jovens promissores, entre eles a politicóloga e astrofísica pela Universidade de Harvard Tabata Amaral, eleita deputada federal pelo PDT por São Paulo e candidata à reeleição pelo PSB. Em seu mandato, ela votou a favor da reforma da Previdência, contrariando o partido e desapontando o campo progressista, e buscou uma postura conciliatória com a direita não bolsonarista. Ao cabo não agradou a nenhum dos lados.

Os governadores que se elegeram com o discurso da "nova política" tomaram rumos muito diferentes. Eleito no embalo da onda bolsonarista, Wilson Witzel não conseguiu construir uma base parlamentar sólida e acabou cassado, sob a acusação de comandar um esquema de corrupção na área da saúde. Nem mesmo a defesa da violência policial no combate ao crime, tão popular entre os bolsonaristas, foi capaz de livrá-lo do patíbulo. "Ele entrou na vala comum da política conservadora, mas foi um fracasso", diz Couto. "Não construiu alianças, comprou brigas inúteis, deu no que deu."

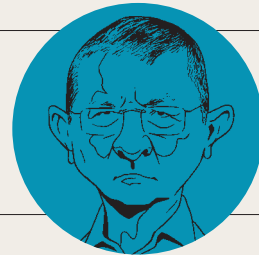
Já Romeu Zema, eleito pelo partido Novo ao governo de Minas Gerais com uma chapa "puro-sangue", utilizou o bolsonarismo a seu favor até onde pôde. Agora, por conveniência eleitoral, busca desvencilhar-lhe da imagem do capitão. Apesar de chegar ao Palácio Tiradentes com um discurso de "não compor com a velha política", fez exatamente o contrário. Tanto que disputa a reeleição aliado por partidos como MDB, Progressistas e Solidariedade. "Zema nunca adotou a estética bolsonarista, aquele estilo superagressivo", observa o cientista político da FGV. "Ele fez um governo convencional."

Caminho semelhante foi trilhado pelo governador de Santa Catarina, Carlos Moisés. Eleito em 2018 pelo PSL, à época a mesma agremiação de Bolsonaro, ele não tardou a se articular com os partidos e os políticos tradicionais. Tanto que resistiu a diversos pedidos de *impeachment* e, mesmo após ser afastado do cargo por determinação judicial, conseguiu retomar o mandato. Não está com a reeleição garantida, enfrenta adversários fortes, mas ainda figura na dianteira das pesquisas. Fato é que abandonou de vez a fantasia da "nova política", está perfeitamente integrado ao sistema.

Apesar da sombra bolsonarista, Camila Rocha acredita que ainda é cedo para prenunciar o ocaso da "nova política". Com Bolsonaro fora do poder, é possível que esses grupos voltem a ganhar tração. Mas tampouco há muitas certezas sobre o futuro do bolsonarismo. "Se o capitão for preso, vai ter um movimento 'Bolsonaro Livre'?", provoca Couto. "Acho difícil." •

Tabata Amaral. A deputada tentou conciliar gregos e troianos, e desagradou a ambos

LUIS MACEDO/AG. CÂMARA

ALDO FORNAZIERI

Sob a égide do medo

▶ A esperança sucumbiu nas eleições deste ano. É o temor que predomina nos dois polos principais da disputa: as campanhas de Bolsonaro e de Lula

Medo e esperança, assim como força e consenso, constituem um dos pares antinômicos mais consagrados da atividade política e do exercício do poder. Medo e esperança, por sinal, são dois meios excepcionais de interação humana que visam constituir e exercer ralações de poder. O grande líder político é aquele que sabe usar com maestria e com arte os múltiplos pares antinômicos inerentes ao jogo político e ao jogo do poder. O líder astucioso é aquele que gera medo intencionalmente e, ao mesmo tempo, o supera com as promessas de solução e com a esperança de uma vida melhor. No caso do governante, com medidas práticas e soluções para os problemas.

Alguns analistas chamaram atenção para o fato de que as eleições de 2022 são marcadas pelo medo. O medo está presente em todas as eleições como meio de disputa e, a rigor, na atividade política em geral. O problema das eleições de 2022 é que o jogo do par antinômico praticamente não existe. Tornou-se um jogo unilateral de um predomínio quase absoluto do medo. A esperança, nos seus pálidos aparecimentos, vem recoberta pela capa do medo. O medo predomina nos dois polos principais da disputa: as campanhas de Bolsonaro e de Lula.

Bolsonaro tem um evidente e quase paranoico medo de perder. Teme enfrentar não só as consequências políticas, mas também jurídicas da derrota. Esse medo o faz propagar medo: medo do comunismo, da esquerda, da destruição da religião e da família, de Deus, da pátria etc. Gera um medo que produz ódio, que chega ao limiar da violência.

A estratégia de Bolsonaro consiste mais em identificar e atacar inimigos do que apresentar propostas para a solução de problemas sociais e um programa para governar o Brasil. Com esse foco, não tem como gerar esperança orientada para o futuro. A esperança que ele gera é a de evitar o "mal" e, se o "mal" tem a face do inimigo, então a esperança bolsonarista vem armada com a bandeira da mentira e com a gadanha da morte.

Toda a sorte de degradações civilizatórias que Bolsonaro praticou em seu governo – insensibilidade com a dor dos vivos, deboche dos mortos, machismo, misoginia, racismo, preconceitos, autoritarismo, loas às armas, à violência e à tortura, promessas de golpe – são máscaras amedrontadoras que não conseguem esconder a vontade de morte. A expressão "todos nós vamos morrer um dia", dos trágicos momentos agudos da pandemia, revela esta pulsão terrível de morte que povoa a alma de Bolsonaro, com o seu olhar desértico de emoções empáticas.

Os eleitores e ativistas democratas e progressistas de esquerda que se articulam em torno da campanha de Lula (e das demais candidaturas) também estão sob a égide do medo: medo da continuidade de um presidente extremista, medo do fascismo, do golpe e do fim da democracia, medo da continuidade da tragédia social e medo do segundo turno.

O conteúdo geral das três principais campanhas opositoras é mais reconstrutivo do que propositor de um novo momento para o Brasil. O conteúdo geral da campanha de Lula volta-se mais para o que já foi feito, para um passado que deu certo, do que para a inovação de um novo futuro. A cautela domina a ousadia. A tensão domina a empolgação. O medo recobre a esperança. É como se a violência estivesse emboscada à espera de uma fagulha, de um estampido.

Vivemos em tempos nos quais as campanhas eleitorais perderam a alegria da celebração democrática. Os eleitores permanecem aquartelados na rispidez fria das redes sociais. Em parte, isto se deve ao fato de que, já há alguns anos, os progressistas e as esquerdas perderam as ruas. A antessala da campanha eleitoral foi marcada pela desmobilização. A apatia política, agravada pela pandemia, aprofundou o isolamento social e disseminou o medo no ativismo e na militância, enquanto os líderes se esmeravam nas *lives* no conforto de seus lares.

Assim, o engajamento primaveril do colorido das bandeiras empalideceu. As campanhas são tocadas por pequenos exércitos de marqueteiros e de burocratas dos partidos que mais cingem a criatividade dos candidatos e o alarido da militância do que permitem ondas anímicas de encantamentos que promovem os movimentos decisórios dos votos dos eleitores. As propostas se reduziram quase só a referências às bocas e aos bolsos. A política perdeu o encanto, já que perdeu o espírito e a imaginação, os fomentos da liberdade e da criatividade. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

A tática do ódio

VIOLÊNCIA POLÍTICA Os ataques de bolsonaristas contra adversários se multiplicam às vésperas das eleições

POR RODRIGO MARTINS

Rafael Silva de Oliveira, bolsonarista de 24 anos, e Benedito Cardoso dos Santos, lulista de 42 anos, eram colegas de trabalho. Foram contratados por uma cerâmica para dividir a desgastante tarefa de cortar lenha em uma chácara de Confresa, município de Mato Grosso com pouco mais de 30 mil habitantes e distante mais de mil quilômetros da capital, Cuiabá. Na noite da quinta-feira 8, eles fumavam após o jantar quando uma acalorada discussão política resultou em tragédia. Segundo o relato de Oliveira à Polícia Civil, Santos ficou irritado com suas críticas ao líder petista e desferiu um soco contra ele, além de ameaçá-lo com uma faca. Foi quando o jovem, segundo suas próprias palavras, "saiu de si", tomou a arma e matou o oponente.

Legítima defesa? Nada perto disso. O bolsonarista desferiu ao menos 15 golpes no petista, os primeiros nas costas, enquanto a vítima corria do assassino, e os demais no rosto e no pescoço, segundo o delegado Victor Oliveira, responsável pelo caso. Não contente, ainda buscou um machado para tentar decapitar Santos e gravou um vídeo da macabra cena do crime.

Na manhã seguinte, ao ser confrontado por outro funcionário da cerâmica, o homicida inventou a história de que ambos haviam sido atacados por desconhecidos. Ressabiado com o confuso relato, o homem comunicou o crime aos patrões. Em fuga, Rafael de Oliveira buscou assistência médica para tratar ferimentos nas mãos, possivelmente causados durante a luta corporal com a vítima. Alegou ter sido alvo de uma tentativa de roubo, mas os profissionais da unidade de saúde também desconfiaram da versão. Foi quando acabou preso e, somente então, confessou o assassinato.

Trata-se de um crime de "ódio político", avaliou o juiz Carlos Eduardo Pinho Bezerra de Menezes, ao converter o flagrante em prisão preventiva. "A intolerância não deve e não será admitida, sob pena de regredirmos aos tempos de barbárie. A liberdade de manifestação do pensamento, seja ela político-partidária, religiosa ou outra, é uma garantia fundamental irrenunciável", acrescentou o magistrado na decisão.

Jair Bolsonaro demorou quatro dias para se manifestar sobre o crime. "Qualquer morte que tenha motivação política, ou que tenha motivação por uma briga de torcida de futebol, qualquer motivação estúpida, a gente lamenta isso daí." Não fez, porém, qualquer apelo mais contundente para a matilha bolsonarista cessar a escalada de violência contra opositores.

> **Dois terços dos brasileiros temem agressões por suas posições políticas e 5,3 milhões sofreram ameaças nos últimos 30 dias**

Em julho, o petista Marcelo Arruda, guarda municipal de Foz do Iguaçu e pai de quatro filhos, foi assassinado na sua festa de aniversário de 50 anos pelo agente penal bolsonarista Jorge Guaranho, incomodado com a celebração com temática do PT no clube ao qual era associado. No fim de agosto, um fiel da Igreja Congregação Cristã no Brasil, em Goiânia, foi baleado pelo cabo da Polícia Militar Vitor da Silva Lopes durante uma discussão política, após pastores distribuírem uma circular pedindo ao seu rebanho para não votar "em candidatos ou partidos políticos cujo programa de governo seja contrário aos valores e princípios cristãos ou proponham a desconstrução das famílias no modelo instruído na palavra de Deus".

Candidatos do campo progressista têm sido alvos recorrentes de ataques. Em julho, o bolsonarista André Stefano de Brito, corretor de imóveis aposentado, foi preso em flagrante após arremessar uma garrafa com artefato explosivo e fezes durante o comício de Lula na Cinelândia, no Centro do Rio. À Polícia Civil, ele confessou o crime e disse que se infiltrou na manifestação com adesivos da campanha petista colados em sua camiseta. No sábado 10, outro apoiador de Bolsonaro tentou agredir o presidenciável Ciro Gomes, do PDT, durante um evento em Porto Alegre, mas acabou detido por agentes da Polícia Federal que fazem a segurança do candidato.

"Chegou um bolsonarista, desses que infestam a vida brasileira, e fez uma provocação. Eu nem prestei atenção porque não quis interromper a cantoria que estava boa. Mas aí o cara, talvez para se defender, covardes que são, disse que estava armado", explicou Ciro, durante uma *live* nas redes sociais. O manifestante foi re-

O ex-capitão incita seus seguidores a hostilizar inimigos

vistado, não portava arma alguma. "Bolsonarista, além de frouxo e covarde, é mentiroso também."

Um dia antes, durante uma panfletagem em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, Guilherme Boulos, coordenador do MTST e candidato a deputado federal pelo PSOL, sofreu uma ameaça semelhante. "Um sujeito se aproximou, gritou 'aqui é Bolsonaro' e repousou a mão sobre a cintura, insinuando que tinha uma arma de fogo, e realmente havia um volume parecido debaixo da camiseta", relatou a *CartaCapital*. Boulos encaminhou uma representação ao Ministério Público Eleitoral pedindo a análise das imagens de câmeras de segurança do local para identificar o agressor. "Espero que a Justiça Eleitoral não apenas puna o autor da ameaça como também cobre explicações de Bolsonaro, que dia sim, dia não, incita a violência de seus apoiadores contra adversários políticos. O objetivo é evitar que a gente faça campanha nas ruas, mas não vamos ceder às tentativas de intimidação."

O exemplo vem de cima. Na terça-feira 13, para citar o episódio mais recente, o deputado bolsonarista Douglas Garcia, do Republicanos, hostilizou a jornalista Vera Magalhães, apresentadora do programa *Roda Viva* e colunista do jornal *O Globo*, após debate dos candidatos ao governo de São Paulo. Gravando a cena com um celular, referiu-se a ela como uma "vergonha para o jornalismo brasileiro" e questionou a remuneração que recebe da TV Cultura, financiada com recursos públicos. É a mesma frase utilizada por Bolsonaro ao demonstrar contrariedade com uma pergunta da jornalista no debate da TV Bandeirantes, em 28 de agosto. O parlamentar acabou expulso, mas marcou pontos com os radicais apoiadores do capitão.

Às vésperas das eleições, o clima de insegurança assombra a população. Divulgada na quinta-feira 15, uma pesquisa do Datafolha, encomendada pela Rede de Ação Política pela Sustentabilidade e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revela que 67,5% dos brasileiros dizem ter medo de ser agredidos fisicamente em razão de sua escolha política ou partidária. Quando questionados se sofreram ameaças por motivos políticos no último mês, 3,2% disseram que sim. Isto é equivalente a em torno de 5,3 milhões de vítimas de ameaças nos 30 dias anteriores à sondagem, que consultou 2,1 mil eleitores na primeira quinzena de agosto.

"A pesquisa reforça a centralidade que a segurança pública precisa ter no debate político. A violência e o medo aparecem como dimensões fundamentais para compreendermos a sociedade atual", observa Renato Sérgio de Lima, presidente do Fórum. "Apesar da queda do número de homicídios, observada desde 2018, outros dados reforçam que vivemos em uma sociedade permeada pela violência extrema e pelo medo. E esse medo não parece descolado da realidade, sobretudo quando constatamos milhões de vítimas de ameaças por suas posições políticas em apenas 30 dias." •

REDES SOCIAIS

O resgate do povo

ENTREVISTA Olívio Dutra volta à disputa eleitoral com a missão de ressuscitar a participação popular na política

A RENÉ RUSCHEL

Aos 81 anos, Olívio Dutra retorna à cena política. Deputado constituinte, ex-prefeito de Porto Alegre e ex-governador do Rio Grande do Sul, o "Galo Missioneiro", como os gaúchos o tratam, percorre o estado postulando votos para o seu partido, o PT, e sua candidatura ao Senado. Não tem sido uma tarefa fácil. O Sul converteu-se na região mais bolsonarista do País, atestam diversas pesquisas. Dutra é o único candidato do campo progressista a despontar como favorito nas disputas majoritárias. O ataque à democracia promovido pelo ex-capitão "é o que me levou a ser candidato", explica.

CartaCapital: O que o motivou a voltar à política?

Olívio Dutra: O Estado Democrático de Direito vem sendo vilipendiado desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. O atual governo demonstra total desrespeito e desprezo pela organização popular, pelos movimentos sindicais, das mulheres, dos jovens, das etnias, dos povos originários, dos afrodescendentes. Somos o terceiro maior produtor de alimentos do mundo, enquanto 33 milhões de brasileiros passam fome. Temos 10 milhões de desempregados e outros tantos trabalhadores submetidos a empregos precários, mal remunerados. O desenvolvimento deve ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável, com distribuição de renda, diminuição das desigualdades e uma relação holística com a natureza.

CC: O senhor propôs um mandato participativo no Senado. Como funcionará?

OD: O senador eleito e os seus dois suplentes, também eleitos, vão assumir responsabilidades compartilhadas em torno do mandato. Nos partidos tradicionais, os suplentes normalmente são parentes ou financiadores de campanha, uma figura decorativa que se desliga do titular logo após a eleição. Para nós, que pretendemos constituir um movimento popular fortalecido pela participação da sociedade organizada, os suplentes se integram ao mandato, a partir de um programa comum e de uma intervenção imbricada nos movimentos sociais, com encontros sistemáticos de discussão e prestação de contas.

> "Não somos contra o agronegócio, que traz divisas ao País. Mas não devemos levar em conta só a exportação, é preciso combater a miséria"

CC: O orçamento participativo é a marca de suas gestões como prefeito e governador. O senhor pretende defender esse modelo de gestão no Senado?

OD: O orçamento participativo é uma experiência rica, que deve ser permanentemente avaliada e qualificada. Na democracia, não podemos aceitar distorções como as emendas do relator, o tal "orçamento secreto". O atual governo usou dinheiro púbico como moeda de troca, em favor de suas conveniências e em benefício de interesses privados. Às vezes, não há recursos para uma obra de interesse de muitas comunidades porque o dinheiro foi usado em benefício de um cabo eleitoral ou financiador de campanha. Vale lembrar que os conselhos com participação da sociedade junto à administração federal foram desmontados. Certamente, no Senado, vamos trabalhar para reforçar a participação popular nas decisões de governo.

CC: O senhor e o ex-presidente Lula estão na dianteira das pesquisas, mas o candidato a governador pelo PT, Edegar Pretto, não decolou. Qual é a dificuldade? O agronegócio vê com maus olhos a ligação dele com o MST?

OD: Vencemos resistências semelhantes no passado. Quando estivemos no governo, eu e o companheiro Tarso Genro soubemos conversar com todos esses segmentos, visando a redução das desigualdades sociais. Lembro, por exemplo, da Expointer, nossa principal feira agropecuária. Convidamos a agricultura familiar para fazer parte da exposição que, até então, era exclusividade dos grandes produtores. No início, houve grandes resistências por parte dos que se julgavam donos do espaço, mas hoje a agricultura familiar está perfeitamente integrada, com um amplo pavilhão onde oferece seus produtos.

CC: Como conquistar esse eleitorado mais conservador, do campo?

OD: Mostrando que não somos contra

REDES SOCIAIS

Vitalidade. O octogenário político defende a renovação dos quadros do PT

o agronegócio, que traz divisas ao País e ao nosso estado. Mas não devemos levar em conta só a exportação, é preciso combater a miséria. No Rio Grande do Sul, mais de 1 milhão de cidadãos passam fome. De cada dez famílias, sete enfrentam dificuldade para conseguir alimento ou não têm o que comer. O agronegócio deve estar articulado com a agricultura familiar, que responde por 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros. Queremos a agricultura e a pecuária fortalecidas, gerando divisas, mas, principalmente, produzindo alimentos saudáveis e com preços que caibam no bolso do trabalhador. O companheiro Edegar Pretto tem vencido essas resistências através do bom debate, sem esconder sua vinculação com o MST, mas se mostrando um candidato em condições de governar o estado.

CC: Como lidar com os ataques de Bolsonaro à democracia?

OD: Isso é o que me levou a ser candidato. É do feitio do presidente esse tipo de bravata, essa chantagem para obter dividendos através do medo que possa incutir na população. Mas as Forças Armadas, por meio de suas lideranças mais esclarecidas, têm se manifestado contra esse tipo de ameaça.

CC: Caso Lula seja eleito, qual será seu maior desafio?

OD: O desafio imediato é erradicar a fome por meio de políticas urgentes de segurança alimentar. Será preciso recriar ferramentas de participação popular junto às instâncias de governo. Será necessário livrar a Amazônia das queimadas e do crime organizado. Reconstruir a cultura e a pesquisa. O estrago foi grande, mas sabemos que é possível devolver o Brasil aos brasileiros.

CC: Lula anunciou que não pretende disputar a reeleição em 2026. Qual o futuro do PT sem Lula? O partido está preparado para mudanças?

OD: A política deve ser continuamente renovada com o surgimento de novas lideranças. E isso é desafiador. O processo político no Brasil produziu uma pulverização de partidos que, muitas vezes, não se fundam sob programas ideológicos, mas em conveniências ocasionais. O PT é um dos partidos que conservam seu ideário programático. Temos muitos jovens em nossos quadros, entre os nossos candidatos, e a afirmação como lideranças políticas se dará com o tempo, a partir do fortalecimento de sua intervenção no movimento social. •

Contra o golpe do medo

ANÁLISE O perigo de uma ruptura institucional liderada por Bolsonaro é real, mas não iminente

POR BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS*

Os olhos da inquietação do mundo têm hoje muito para onde olhar. O processo eleitoral em curso no Brasil é, certamente, um dos alvos de atenção. Os processos eleitorais, mesmo quando muito intensos, como aconteceu recentemente na Colômbia (eleição do primeiro presidente de esquerda na história do país e da primeira vice-presidente negra na história da América Latina) e no Chile (rejeição do projeto da nova Constituição que substituiria a atual, herdeira da ditadura de Pinochet), não costumam atingir o nível de drama existencial que os brasileiros vivem atualmente. Esse drama resulta da ameaça que paira sobre a sobrevivência da própria democracia, ameaça que decorre das declarações e mobilizações públicas do presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores, pondo em causa a transparência do escrutínio eleitoral, fazendo a apologia de um possível golpe de Estado, com apelos às Forças Armadas para intervir e suspender ou encerrar as instituições, nomeadamente o Supremo Tribunal Federal, um dos principais garantes da normalidade no atual contexto.

Tudo isso, combinado com um ambiente digital de redes sociais altamente poluído pelas notícias falsas, pelo discurso do ódio e por prosélitos religiosos do apocalipse e da redenção pela tríade Deus, Pátria e Família, tem levado à criação de um ambiente de intimidação que, de algum modo, paralisa a manifestação pública da diversidade das opções políticas e obriga os titulares de cargos superiores do Estado a medidas de segurança incomuns. As celebrações do 7 de Setembro, dia da Independência do Brasil, foram politicamente instrumentalizadas a um extremo que nem em tempos da ditadura se tinha atingido. Haverá risco de um golpe de Estado no Brasil? Serão pacificamente reconhecidos os resultados eleitorais, se forem contrários aos interesses bolsonaristas? A quem servem a retórica do golpe anunciado e o ambiente de intimidação instalado?

Atrevo-me a identificar vários fatores que me levam a pensar que o perigo do colapso da democracia brasileira, embora real, não é iminente. A retórica do golpe é muito mais eficaz em instalar o medo do que em condicionar opções finais. Por isso, o medo do golpe funciona sobretudo enquanto golpe do medo. Os fatores que me levam a essa suposição são os seguintes. Primeiro, as elites brasileiras, que tradicionalmente se servem da democracia quando esta lhes convém, estão divididas. A parte mais influente delas (o setor financeiro), se não morre de amores por Lula tampouco aprecia a boçalidade grotesca (mas carismática) de Bolsonaro. A Bolsa de Valores deu sinais no passado de que a perturbação institucional não entra atualmente no modelo de negócios.

> **Outros interesses, como aqueles do governo Biden, chocam-se com as pretensões do capitão**

RUY BARON/AFP

Apropriação indébita. Bolsonaro e apoiadores no Rio de Janeiro, 7 de Setembro. O capitão sequestrou a festividade e fez um ato descarado de campanha eleitoral

Segundo, talvez pela primeira vez na história do continente, os Estados Unidos não parecem estar interessados em fomentar a instabilidade democrática ou em influenciar o processo eleitoral. A razão principal é como sempre de política interna. A administração Joe Biden sabe das ligações entre Donald Trump e Jair Bolsonaro e sabe que a extrema-direita global, em grande medida mobilizada a partir dos EUA, vê em Bolsonaro a última esperança de controlar o governo de um grande país e de, com isso, manter acesa a chama de resgatar Trump em 2024. Para Biden, deixar cair Bolsonaro é reduzir as possibilidades de Trump o confrontar em 2024. Claro, os interesses geoestratégicos e econômicos dos EUA dominam como sempre as opções políticas do *big brother*, mas neste caso a influência que tais interesses venham a exercer sobre o governo do Brasil terá de ocorrer depois das eleições, não antes.

Terceiro, as Forças Armadas estão divididas e os sinais que recebem da sua maior referência estratégica (as altas patentes militares norte-americanas) não parecem estimular aventuras golpistas. É certo que as Forças Armadas brasileiras estão hoje envolvidas na máquina da administração pública a um nível sem precedentes (mesmo contando o tempo da ditadura). Calcula-se que cerca de 6 mil militares exercem funções civis no setor público. Têm, pois, um interesse na continuidade da governação bolsonarista. Sabem, no entanto, que têm hoje suficiente poder de influência no Brasil para impor algumas condições de continuidade ao novo presidente se ele não for Bolsonaro. E isso é mais econômico e eficaz que uma turbulência institucional imprevisível.

Quarto, a extrema-direita brasileira é, talvez, mais ambígua sobre o processo eleitoral do que se supõe. É costume distinguir entre Bolsonaro e bolsonarismo para significar que a base social do presidente continuará politicamente ativa mesmo que Bolsonaro saia de cena. Julgo ser necessário introduzir outro componente, a família Bolsonaro. O presidente tem três filhos com mandatos políticos: Flavio, senador, Eduardo, deputado federal, e Carlos, vereador no Rio de Janeiro. Qualquer destes políticos pode, no futuro, ser candidato à Presidência da República. A probabilidade de tal acontecer é maior se a normalidade eleitoral se mantiver. Portanto, o potencial desestabilizador da família Bolsonaro pode estar condicionado por esse cálculo. Reconheço que posso estar a atribuir demasiada racionalidade às decisões dessa família, mas a verdade é que mesmo Dom Corleone tinha o sonho de o seu filho predileto (representado pelo divino Al Pacino) vir a ser eleito governador do estado de Nova York, ou mesmo presidente dos EUA. •

**Diretor emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.*

Continuidade ou ruptura?

ANÁLISE Não se pode dissociar uma frente democrática da necessidade de reestruturação do Estado

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO E SAULO ABOUCHEDID*

Os meses derradeiros e decisivos do ano eleitoral serão também o período de vigência das medidas da PEC Camicase. Apesar dos efeitos positivos sobre a atividade econômica no curto prazo, há certo consenso entre os analistas sobre a perversidade dessas políticas, pois não há garantia de continuidade dos benefícios em 2023, o que aumenta a incerteza, especialmente para os mais pobres.

A perversidade da PEC esconde, no entanto, uma questão ainda em aberto. Após o fim do "Orçamento de Guerra" em 2020, a economia brasileira recupera-se lentamente dos impactos da crise sanitária e ainda está imersa numa crise mais profunda, estrutural, desde 2014. A opção das autoridades econômicas, em 2021, pela "volta" ao teto de gastos e aumento da taxa de juros contribuiu decisivamente para o cenário de lenta recuperação acima descrito. Assim, se a PEC Camicase está longe de ser a solução para o fracasso das políticas recessivas, qual seria a melhor conduta do Estado neste cenário?

Um conjunto de economistas, por meio do documento *Contribuições para um Governo Democrático e Progressista*, defende uma série de reformas estruturais no Estado brasileiro, que incluem reforma tributária ampla, reforma administrativa, privatizações, reformas na seguridade social. Tais reformas implicariam uma redução de gastos obrigatórios, que permitiria, por sua vez, um programa de gastos especiais (na ordem de 1% do PIB), concentrados nas transferências de renda e na melhora da produtividade e da sustentabilidade. Assim, no limite, o aumento dos gastos discricionários estaria inserido no contexto do teto de gastos, com pequenas alterações para se permitir um aumento de gastos temporário.

Dessa forma, não se questionam profundamente o regime fiscal e seu impacto sobre a desestruturação do Estado, tampouco a incapacidade das reformas realizadas a partir de 2016 de reverter a crise estrutural da economia brasileira, iniciada em 2014. As propostas no documento representam, portanto, muito mais a continuidade da agenda de reformas neoliberais do que uma mudança substancial no direcionamento das ações do Estado.

> É preciso recuperar os marcos traçados pela Constituição de 1988

Portanto, diante do consenso em torno da perversidade das medidas curtoprazistas e eleitoreiras, não se deve perder de vista a necessidade de ruptura do processo de desestruturação do Estado brasileiro, intensificado em 2016. Isso significa ir além da garantia de um programa de renda básica de longo prazo, lugar-comum de grande parte das propostas de economistas críticos ao governo, e avançar em direção à reestruturação do Estado. É fundamental, num momento de grande incerteza e encurtamento do horizonte temporal, que o Estado "assuma uma responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos", como Keynes sentenciou no capítulo 12 da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, ao constatar o caráter instável das expectativas de longo prazo no processo de decisão de investimento.

No caso brasileiro, essa responsabilidade envolve necessariamente uma mudança na correlação de forças com o setor privado em vários setores, especialmente o de petróleo. A reinserção da Petrobras em segmentos importantes da cadeia produtiva (distribuição e refinarias), a retomada dos investimentos conduzidos pela companhia e a mudança na política de preços dos combustíveis são condições necessárias para que o Estado recupere sua postura ativa e de coordenação num setor estratégico para a economia brasileira. A recuperação da Petrobras passa também pela retomada do papel do Estado no setor elétrico, especialmente por meio da Eletrobras (via compra de ações). Num contexto de transição energética, a integração entre Petrobras e Eletrobras é fundamental para a atração de investimentos em ESG, impulsionan-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 44
The Observer.
Os Bancos Centrais erram no combate à inflação

O ministro camicase

MARCELO CAMARGO/ABR

do a taxa de investimentos no longo prazo.

Além da expansão necessária dos investimentos públicos, que estão em seus menores níveis históricos, é necessário repensar também a alocação do orçamento para além da discussão da necessidade de se reduzirem os gastos obrigatórios. Nos últimos anos, parte crescente dos recursos fiscais tem sido alocada para setores específicos, como agropecuária e defesa, e para os encargos financeiros, em detrimento das áreas sociais, em especial educação, que diminuiu sua participação no total de despesas liquidadas de 5% em 2013 para 3% em 2021. Nesse contexto, as políticas sociais não podem se limitar ao discurso único do programa (focalizado) de renda básica e devem retomar a intersetorialidade.

As medidas fiscais devem ser coordenadas com a política monetária. De fato, a elevação das taxas de juro estadunidenses limita as possibilidades de redução expressiva da Selic, dada a dependência brasileira de fluxos de portfólio no seu balanço de pagamentos. O aperto monetário excessivo da autoridade monetária, sob a justificativa de se ancorarem as expectativas inflacionárias, deve, no entanto, ser questionado, pois a natureza do processo inflacionário brasileiro não está relacionada com uma pressão de demanda agregada. A combinação de taxas de juro menores com políticas creditícias que estimulem a redução dos *spreads* bancários, a diminuição do endividamento da população de baixa renda e o aumento do direcionamento do crédito é fundamental para reforçar os efeitos da política fiscal.

A coordenação da política macroeconômica passa ainda pela revisão da regulação financeira, especialmente da chamada Nova Lei Cambial, que aumenta a exposição dos agentes privados brasileiros ao risco de variação cambial, impulsionando a vulnerabilidade externa e ataques especulativos à moeda brasileira.

Não se pode dissociar a construção de uma frente democrática com a necessidade de reestruturação do Estado brasileiro e de recuperação dos marcos traçados na Constituição Cidadã de 1988. O desmonte do Estado, muitas vezes escondido em "reformas" pró-mercado, fomenta o discurso ultranacionalista e movimentos extremistas, impulsionados pelo aumento da desigualdade e desamparo social. Sem a ruptura desse processo, e consequente superação da crise econômica estrutural, estaremos sempre à sombra do bolsonarismo. •

**Saulo Abouchedid é professor de Economia Monetária das Faculdades de Campinas (Facamp).*

Tema incômodo

ARTIGO A atual política fiscal reforça as desigualdades, mas a maior parte dos candidatos nem sequer a menciona

POR LUIZA CALVETTE E LIVI GERBASE*

Vivemos, oficialmente, a campanha eleitoral – apesar de as eleições já terem tomado as ruas e os debates no Brasil muito antes. Embalada pela expectativa da disputa aos cargos do Executivo e Legislativo no País, a discussão em torno do orçamento público ganhou força recentemente, em meio às notícias sobre o "orçamento secreto" e o cumprimento do teto dos gastos. Para além desses assuntos pontuais, a política fiscal é uma pauta que merece uma análise constante e aprofundada, sobretudo neste momento que a nação experimenta. Afinal, a alocação de recursos perpassa por todos os aspectos da vida de uma população, pois é condição *sine qua non* para a realização dos direitos humanos por meio de políticas públicas.

Hoje, vivemos uma política fiscal restritiva, que reforça as desigualdades, seja transferindo o dinheiro público para a base do governo, por meio do orçamento secreto, seja dificultando o acesso da população aos direitos, por meio do teto dos gastos e outras regras fiscais. Apesar da importância da política fiscal para a execução das políticas públicas, não há espaço para a participação social. Nesse sentido, o período que antecede as eleições apresenta-se como oportunidade para alterar este quadro, dada a importância do orçamento na garantia de direitos.

Para contribuir com as discussões sobre esse tema, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) preparou o documento *Eleições 2022: Como Elaborar uma Política Fiscal que Garanta Direitos Sociais?*, que está sendo apresentado às candidaturas, tanto as do Executivo quanto as dos cargos legislativos. Antes de tudo, urge barrar o subfinanciamento das políticas sociais, a partir da derrubada da emenda do teto dos gastos, que limita as despesas da União à reposição da inflação, impedindo que o orçamento responda ao aumento da arrecadação, crescimento econômico ou crises. Faz-se necessário ainda: a revisão da meta de resultado primário, a impossibilitar respostas do governo às crises econômicas, e também da regra de ouro, bem como a eliminação do orçamento secreto, o controle do choque de juros, a retomada do planejamento das políticas públicas e a promoção de uma reforma tributária solidária e sustentável.

> **O subfinanciamento da saúde, educação, ciência e outras áreas é resultado da crença cega na austeridade**

No orçamento da Saúde, nos últimos três anos, foram perdidos mais de 10 bilhões de reais, se descontados os gastos emergenciais autorizados pelo Congresso para o enfrentamento à Covid-19, confirmando a situação de desfinanciamento do setor. É preciso dar prioridade à alocação de recursos para garantir, de forma imediata, o direito de acesso aos bens e serviços de maneira não discriminatória. Deve-se ainda priorizar a pesquisa científica, de acordo com as necessidades da saúde pública, e aumentar os impostos

PAULO SÉRGIO/AG. CÂMARA

Jabuticaba. Sob a tutela de Arthur Lira, o "orçamento secreto" drena recursos públicos para os redutos eleitorais dos parlamentares, sem qualquer critério

sobre substâncias nocivas, assim como eliminar benefícios fiscais para produtos prejudiciais à saúde.

A situação da educação brasileira piorou com a pandemia, quando um em cada cinco alunos do Ensino Médio da rede pública ficou sem aula. Não houve, porém, a alocação de novos recursos, mesmo com todos os desafios impostos por dois anos de Covid-19. A execução financeira do Ministério da Educação nos primeiros três anos do governo Bolsonaro segue em declínio, passando de 122,75 bilhões de reais, em 2019, para 114,79 bilhões no ano passado.

As mulheres também precisam estar incluídas na alocação de recursos públicos. Os recursos disponíveis para esse grupo da população estão muito aquém do desafio imposto pelos indicativos de violência de gênero, que nos coloca no vergonhoso quinto lugar no *ranking* mundial de feminicídios. A queda real dos recursos para políticas para mulheres, no período de 2014 a 2019, foi de 75%, desmontando a maior parte das políticas federais específicas para esse grupo.

Para reverter esse quadro, é preciso institucionalizar orçamentos com perspectiva de gênero e maximizar os recursos disponíveis para investir em serviços públicos de qualidade sensíveis às mulheres, como a economia do cuidado, a saúde e proteção social. Além disso, é fundamental a adoção de programas que promovam o emprego e a renda para as mulheres trabalhadoras.

As populações negra, indígena e quilombola são as mais prejudicadas pela austeridade. Somente de 2019 a 2021, foi gasto oito vezes menos recursos para

Descaso. A execução financeira do Ministério da Educação caiu de 122,75 bilhões de reais, em 2019, para 114,79 bilhões no ano passado

LUCI SALLUM/PREFEITURA DE CONTAGEM/GOVMG

a promoção da igualdade racial, na comparação com o período anterior. Nos últimos três anos, 45% dos recursos despendidos na ação orçamentária destinada a proteger e demarcar os territórios indígenas foram atribuídos a indenizações e aquisições de imóvel – medidas que favoreceram os ocupantes, não os indígenas.

A austeridade fiscal também impacta diretamente as políticas urbanas, tendo em vista o corte de recursos destinados às cidades para promoção de políticas de habitação, saneamento e mobilidade. Em 2021, os valores gastos para habitação representaram apenas um quarto do total autorizado no orçamento, e os recursos da subfunção transportes coletivos urbanos caíram 70% entre 2019 e 2021, passando de 1,2 bilhão de reais para parcos 368 milhões. Para garantir o direito à cidade e à moradia, o Inesc recomenda, além de recomposição orçamentária, a necessidade de medidas fiscais que promovam um sistema habitacional inclusivo e o uso da propriedade em sua função social, evitando a especulação e o acúmulo excessivo de riqueza. Para isso, é necessário fortalecer a arrecadação de tributos sobre os donos de terras improdutivas e rever os tratamentos fiscais preferenciais aos proprietários, em comparação aos inquilinos.

Os números irrisórios do gasto com a área ambiental são parte de outro cenário preocupante, cuja expressão mais evidente é o maior aumento do desmatamento dos últimos 15 anos. Em 2021, o orçamento executado para essa área foi o menor dos últimos três anos, com apenas 2,5 bilhões de reais para serem gastos por todos os órgãos ambientais, o que equivale a menos da metade do valor despendido no ano de 2014. Além de reforçar o caixa, é preciso assegurar que, ao permitir a exploração de recursos naturais, uma parte da geração de riqueza seja tributada e destinada à transição para um modelo econômico mais sustentável, com a adoção de políticas econômicas e industriais visando a diversificação produtiva. Também é importante acabar com incentivos fiscais para fontes de energia não renováveis e garantir a proteção da população de menor renda.

Na pandemia, um em cada cinco alunos do Ensino Médio ficou sem aula. Em vez de aumentar, os gastos diminuíram

As políticas voltadas para crianças e adolescentes têm sido enfraquecidas sistematicamente nos últimos anos. Em 2021, os recursos executados para assistência desse grupo da população diminuíram 28,1%, em comparação com 2019. Devemos recordar que o aumento da pobreza e da fome impacta proporcionalmente o dobro de crianças em relação aos adultos, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Unicef. Para reverter essa situação, é necessário priorizar a alocação e execução de recursos nas áreas da infância e da adolescência, com foco na redução das desigualdades, financiando uma proteção social acessível, suficiente e adequada para atender às necessidades específicas desse público, além de garantir a intersetorialidade entre as políticas de atendimento para a proteção integral.

A política fiscal é um instrumento fundamental para a garantia de direitos, que vêm sendo reduzidos em razão de tantos cortes nos gastos. Apesar disso, ela não aparece em grande parte dos programas de governo nem nas propostas dos candidatos e das candidatas a cargos eletivos. Tratar esse tema nas eleições de 2022 é garantir que as ideias para um país mais justo e inclusivo virem realidade. •

Luiza Calvette é cientista política e consultora do Inesc. Livi Gerbase é mestre em economia política internacional pela UFRJ e assessora política do Inesc.

ISTOCKPHOTO

País da fome

DESIGUALDADE SEIS EM CADA DEZ FAMÍLIAS ENFRENTAM INSEGURANÇA ALIMENTAR

Entre novembro do ano passado e abril último, pesquisadores da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar percorreram 577 cidades e visitaram 12.745 domicílios de Norte a Sul. Do levantamento, divulgado na terça-feira 14, emergem novas informações sobre o drama da fome no País: 30% das famílias, moderada ou gravemente, enfrentam dificuldades para obter comida na quantidade ideal e com a regularidade necessária para a sobrevivência. Quando se incluem os casos leves, a proporção sobe para seis em cada dez. O número de brasileiros submetidos a uma situação de insegurança, projeta o estudo ultrapassa a marca de 125 milhões de indivíduos, mais da metade da população.

O aumento eleitoreiro do Auxílio Brasil, de 400 para 600 reais, tem sido incapaz de atenuar o problema, entre outros motivos pelo alto endividamento das famílias. "Mesmo quem recebe o benefício, por estar endividado, não consegue utilizá-lo somente para a compra de alimentos. O dinheiro precisa ser empregado para pagar outras necessidades básicas, como aluguel, transporte, luz e água", afirmou Ana Maria Segall, pesquisadora da Rede Penssan.

O maior porcentual de famílias em insegurança alimentar, 36,7%, vive em Alagoas. Na sequência aparecem o Piauí (34,3%) e o Amapá (32%). Em números absolutos, a maioria dos brasileiros em condições graves concentra-se no Sudeste, região mais populosa. São 6,8 milhões em São Paulo e 2,7 milhões no Rio de Janeiro. Em terras paulistanas, chega a 26 milhões o total de habitantes que, em graus leve, moderado ou intenso, enfrentam dificuldades para comer.

Em nota, Renato Maluf, coordenador da rede, aponta os responsáveis pela situação. "Já não fazem mais parte da realidade brasileira aquelas políticas públicas de combate à pobreza e à miséria, que, entre 2004 e 2013, reduziram a fome a apenas 4,2% dos lares brasileiros. As medidas tomadas pelo governo são isoladas e insuficientes, diante de um cenário de alta da inflação, sobretudo dos alimentos, do desemprego e da queda de renda."

Negros e pardos e os lares chefiados por mulheres sofrem mais com a fome. No intervalo de um ano entre as pesquisas da rede, dobrou o porcentual de famílias famintas com crianças menores de 10 anos: de 9,4% para 18,1%. •

Menos restrições

FINANCIAMENTO Os gestores de fundos de direitos creditórios esperam um salto com a liberação a pequenos investidores

POR WILLIAM SALASAR

Os gestores de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios aguardam ansiosos a atualização, pela Comissão de Valores Mobiliários, de sua Instrução 356, que criou os FIDC há 20 anos. “A CVM abriu uma audiência pública para o mercado manifestar-se sobre a reforma da regulação dos fundos e recebeu subsídios dos participantes e de entidades do mercado financeiro, em 2020, de modo que a nova instrução era para ter saído em 2021, mas foi adiada para o primeiro semestre de 2022, e agora se diz que será antes do fim do ano”, relata Luís Eduardo da Costa Carvalho, presidente da Anfidc, associação dos participantes, e da Acrefi, que reúne as instituições de crédito. “A mudança mais importante será permitir que investidores do varejo apliquem nos fundos de direitos creditórios, hoje só liberado a investidores qualificados, com mais de 1 milhão de reais em investimentos, e a profissionais.”

No 5º Encontro Anual da Anfidc, em 30 de agosto, o superintendente de Supervisão de Securitização da CVM, Bruno Gomes, adiantou que a autarquia pretende tratar de instrumentos de securitização como um todo na regra geral de fundos, com limites de aplicação. “Em relação à norma de FIDC, a proposta é mesmo abrir para o varejo, podemos refinar um requisito ou outro do que foi apresentado em audiência, em exigência de retenção substancial de riscos, se fizer ou não sentido.”

A propósito dessa liberação, admitida há dois anos para investimentos em títulos emitidos no Brasil que representam outro valor mobiliário no exterior, os BDRs, Carvalho destacou que um dos assuntos mais debatidos no evento foi a resiliência demonstrada por esses fundos ante a intensa volatilidade no mercado de crédito privado na última década. “Teve de tudo um pouco: momentos de crise, pandemia, diferentes presidentes e equipes econômicas. Se, em 2019, o mercado precisou lidar com a queda da Selic, em 2020 o problema foi o pânico causado pelo risco de inadimplência das empresas e, no ano passado, a alta da Selic, que levou a um ajuste nas carteiras. Apesar de tudo, os FIDCs mantiveram sua consistência de retornos positivos: demos uma prova real de solidez, de saúde financeira”, frisa o executivo, ao atribuir essa consistência à diversificação de ativos adquiridos pelos fundos para mitigar o risco de inadimplência e a volatilidade das carteiras.

> **Os FIDCs antecipam receitas a empresas e são alternativas aos bancos**

Segundo a Anfidc, o patrimônio líquido dos fundos multicedente/multissacado cresceu 17,2% no primeiro semestre do ano, de 28,522 bilhões de reais para 33,466 bilhões em junho. O número de FIDCs MM também mantém crescimento expressivo: em 2018, havia 283 desses fundos, número que saltou para 388 em junho deste ano. Nesse espaço de tempo, o patrimônio líquido quase dobrou, de 18,5 bilhões de reais para os atuais 33,466 bilhões.

Os FIDCs investem, no mínimo, 50% de seu patrimônio em títulos de crédito de contas a receber de empresas, como duplicatas de venda de mercadoria ou de prestação de serviços. Quando a empresa faz uma venda e aceita receber o valor dessa venda em 90 dias, ela provavelmente será obrigada a antecipar o valor da duplicata de 90 dias para fazer caixa e movimentar

Resiliência. O mercado resistiu às incertezas dos últimos anos e se fortaleceu, comemora Carvalho

o negócio. Os FIDCs antecipam o valor da duplicata, com um deságio, a remuneração do fundo. FDICs multicedentes/multissacados oferecem antecipação de receita basicamente para setores da indústria e de serviços, pois o comércio recorre quase integralmente ao cartão de crédito, para o qual há outros tipos de FIDCs, dedicados à antecipação de recebíveis do dinheiro de plástico. Como todo produto de crédito, o risco do investimento é o calote da dívida. Para proteger o investidor, os FIDCs normalmente oferecem cotas com riscos e rentabilidades diferentes. As cotas mais seguras – e menos rentáveis – são chamadas de sênior, enquanto as mais arriscadas e que trazem maior retorno são as subordinadas. As cotas mezanino, por sua vez, oferecem risco e retorno intermediários. A rentabilidade dos FIDCs, no geral, supera o Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). Os fundos não são, porém, garantidos pelo FGC.

ACREFI E ISTOCKPHOTO

Segundo Carvalho, nos primeiros anos de existência dos FIDCs, as próprias empresas tomadoras de crédito desconheciam esse canal de financiamento. Estavam acostumadas a tomar empréstimos nas instituições financeiras e tinham dúvidas sobre os fundos, dissipadas com o passar do tempo e à medida que os tomadores percebiam a agilidade na aprovação e liberação do crédito, em comparação ao financiamento bancário tradicional, muito mais burocrático e, detalhe, altamente concentrado em cinco conglomerados – Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Itaú Unibanco e Santander. Os instrumentos alternativos ao crédito bancário tornam-se atraentes pela flexibilidade. "É muito mais fácil uma empresa obter crédito de um FIDC do que em um grande banco, que tem toda uma burocracia a ser vencida", argumenta Carvalho.

Em termos de custos, o crédito dos FIDCs tende a ser mais caro do que o dos grandes bancos, cujo custo de captação é menor, assim como das instituições médias e pequenas. "Hoje, posso falar por mim (*ele é fundador da Lecca Financeira*), eu brigo por determinados clientes e tenho taxa para competir com os grandes bancos, mas não de uma forma geral. Quando se analisam os grandes números, obviamente o mercado de FIDC tem um custo de captação bem maior do que o dos grandes bancos. Um dos fatores que têm dado aos fundos uma vantagem competitiva é a sua agilidade, tanto na decisão de crédito quanto na execução das decisões."

Carvalho observa que as previsões de PIB fraco e até de recessão não se confirmaram, mas adverte que todo ano de eleição é "uma incógnita", mas este, em particular, vem entremeado de temores de que, "ocorrendo alguma mudança radical, isso possa impactar a economia de uma maneira geral". Por isso, se do ponto de vista estritamente econômico a expectativa era de um 2023 melhor do que 2022, a campanha eleitoral traz "muitas medidas para impactar o eleitor e não se sabe exatamente de que forma o mercado vai se comportar daqui para a frente", avalia. "Ano pós-eleição sempre pode frustrar expectativas." •

Canhão contra a mosca

TheObserver Os Bancos Centrais erram ao apostar no aumento dos juros para arrefecer a escalada da inflação

POR PHILLIP INMAN

Os banqueiros centrais parecem generais do exército hoje em dia. Eles se gabam de seu poder de fogo e afirmam que vão esmagar a inflação, sua velha adversária. Não terão piedade na guerra. O dano colateral será alto. Na quinta-feira 15, o Banco da Inglaterra aumentou as taxas de juro pela sétima vez desde dezembro passado, para 2,25%, e enviou aos mercados financeiros a mensagem de que a Threadneedle Street não terminou sua missão de derrotar a inflação. Os sinais são de que haverá novos aumentos das taxas, possivelmente para 3,5% ou mesmo 4%, ante o 1,75%, o que empurrará as taxas médias de hipotecas para mais de 6%. Depois que o índice de preços ao consumidor saltou para 10,1% em julho, não havia dúvida na mente da maioria dos analistas da City de que o Banco Central aumentaria o custo dos empréstimos em sua próxima reunião e continuaria a aumentá-lo no ano que vem.

Enquanto isso, a presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, disse na quinta-feira 8 que "uma ação determinada tinha de ser tomada", após um aumento sem precedentes de 0,75 ponto-base na taxa de juros da Zona do Euro, para 1,25%. Jerome Powell, do Federal Reserve dos Estados Unidos, poderia muito bem ter usado uniforme militar em suas últimas aparições, tal é a sua nova arrogância. Ele disse em uma reunião de banqueiros centrais em Jackson Hole, no Wyoming, no mês passado, que o Fed usaria suas ferramentas "com força" até os preços estarem sob controle. Na primeira semana de setembro, Powell estava novamente em pé de guerra, dizendo que agiria "com franqueza, com firmeza", antes de acrescentar: "Devemos continuar até que o trabalho seja feito".

Powell e Lagarde unem-se ao governador do Banco da Inglaterra, Andrew Bailey, para defender uma ação baseada na premissa de que taxas de juro mais altas podem suprimir a inflação atualmente no sistema, estimulada principalmente pelo aumento dos preços da energia e suas repercussões naqueles dos transportes e alimentos. Custos de empréstimos onerosos também vão contrabalançar os chamados efeitos de segunda ordem, de trabalhadores que exigem altos aumentos salariais para compensar o impacto negativo da inflação nos padrões de vida.

Esses argumentos são prejudicados pela falta de evidências de apoio e levam à conclusão de que os banqueiros centrais foram empurrados para uma postura machista por políticos a querer que os bancos controlem mais a situação, enquanto eles descansam e por convenções no pensamento econômico.

Taxas mais altas não são capazes de deter o aumento dos preços dos combustíveis e alimentos

A teoria econômica diz que a inflação alta incentiva os consumidores a aumentar os gastos, em vez de se arriscar a guardar o dinheiro que valerá menos dentro de um ano. Custos de empréstimos mais altos controlam esse impulso. Estudos mais recentes mostram, porém, que os compradores sabem que a inflação alta é um sinal bastante forte de uma economia problemática, e sua resposta é parar de gastar e aumentar a poupança. Eles podem querer um novo emprego e um aumento salarial, mas o medo de uma recessão os faz manter seus empregos e engolir o aumento salarial oferecido.

A última pesquisa da S&P Global sobre o mercado de trabalho do Reino Unido descobriu que o crescimento salarial em agosto caiu para seu nível mais baixo desde março. Por que março? Porque foi quando os trabalhadores estavam confiantes de que a pandemia havia acabado e as coisas estavam a melhorar.

Fica pior para os Bancos Centrais quando examinamos mais de perto a natureza da inflação, que é principalmente importada. A maioria das importações afetadas são itens essenciais, como energia e alimentos. Trabalhadores

SANZIANA PERJU/BANCO CENTRAL EUROPEU E RESERVA FEDERAL/EUA

Corrida maluca. Powell, do FED, deu a largada. Lagarde, do BCE, foi atrás. Agora nenhum dos dois sabe como desacelerar

e empresas precisam comprar energia e alimentos, então a política monetária tem pouco efeito sobre o volume adquirido. A escassez de mercadorias é outro fator que eleva os preços nas lojas, mas, se esse problema pode ser atribuído aos bloqueios da Covid-19 nas fábricas chinesas, os aumentos de juros novamente não terão efeito.

Catherine Mann, ex-economista-chefe do banco de investimentos norte-americano Citigroup, dá outra razão para aumentar as taxas acentuadamente. Ela diz que, enquanto o Fed e o BCE estiverem a aumentar os juros, o Banco Central da Grã-Bretanha, ou a libra esterlina, cairá em direção à paridade com o dólar. Sua tese é que, em um mundo competitivo, os fundos fluem para onde as taxas de juro são mais altas, os Estados Unidos, onde a taxa básica está numa faixa entre 2,25% e 2,5%. Segundo ela, uma libra em queda convida a mais pressão inflacionária, dado o quanto a Grã-Bretanha depende das importações. Portanto, a menos que o comitê de política monetária seja duro, ele será deixado para trás e a libra também.

Essa postura serve apenas, no entanto, para enfatizar que todos os Bancos Centrais perderam o rumo. Aumentam as taxas com base em poucas evidências de que isso terá o efeito necessário. Taxas de juro baixas estimulam a especulação imprudente. Em um mundo ideal, as taxas seriam altas o suficiente para fazer as instituições financeiras pensarem duas vezes antes de apostar, principalmente em imóveis.

Em uma crise, as taxas baixas são, porém, um salva-vidas, especialmente quando tantos indivíduos e empresas foram incentivados a se sobrecarregar com altos níveis de dívida. Portanto, antes de se darem medalhas, os banqueiros centrais devem reconhecer que os meios para reduzir a inflação estão nas mãos de outros. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Capital S/A

NEGÓCIOS E FINANÇAS EM PÍLULAS

“A GLOBALIZAÇÃO NÃO ESTÁ MORRENDO, ESTÁ MUDANDO”

MARTIN WOLF, articulista do *Financial Times*

Com o meu dinheiro, não

▶ **Gestoras de fundos de investimento assinam declaração a favor de ações concretas contra as mudanças climáticas**

Instituições de investimento internacionais com 39 trilhões de dólares sob gestão assinaram a *13ª Declaração Global de Investidores aos Governos sobre a Crise Climática*, na qual pedem aos governos a adoção de políticas ambientais mais assertivas, como planos para a gradativa eliminação de combustíveis fósseis, maior rigor contra o desmatamento e reforço nas finanças dos países mais pobres. De olho na próxima rodada de negociações sobre o clima, em novembro, no Egito, assinam o manifesto 532 instituições do porte da suíça UBS Asset Management, a Amundi (maior gestora da Europa) e a norte-americana Federated Hermes. Entretanto, as três principais administradoras de recursos dos EUA – BlackRock, Vanguard e State Street – se omitiram e recusaram comentar essa decisão. Segundo a agência Reuters, a posição dos gigantes reflete a pressão contra políticas de investimento subordinadas a questões ambientais, sociais e de governança (ESG) no maior mercado financeiro do mundo. “Os investidores adotam políticas, pois não só é permitido por lei, como, em muitos casos, constitui seu dever fiduciário garantir a capacidade de gerar retornos de longo prazo e aproveitar as oportunidades associadas à mudança para uma economia de emissões líquidas zero”, diz a declaração.

GOOGLE, SANDRA BLASER/WEF E EVARISTO SÁ/AFP

A UE CONDENA O GOOGLE

O Tribunal Geral Europeu condenou o Google por violar a lei antitruste e multou a *big tech* em 4,125 bilhões de euros (21,266 bilhões de reais), maior pena desse tipo já aplicada. O órgão antitruste da UE impôs um total de 8,25 bilhões de euros em multas à empresa em três processos nos últimos dez anos. "O Tribunal Geral confirma em grande parte decisão da Comissão de que o Google impôs restrições ilegais à fabricante de dispositivos móveis Android e a operadoras de rede móvel, a fim de consolidar a posição dominante de seu mecanismo de busca", concluiu a corte.

Antipirataria

O Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil Senai CETIQT apoiou a *startup* R-Inove na criação de um aplicativo que combate a pirataria em artigos têxteis. O *software* "lê", instantaneamente, o fio do têxtil e consulta dados sobre a origem da peça. Estima-se que, de janeiro a setembro de 2021, o Brasil atingiu a marca de mais de 4,5 bilhões de reais em pirataria (5º lugar no *ranking* global). Outro benefício do rastreamento é identificar a marca responsável pelo descarte irregular de têxteis em aterros sanitários, que no Brasil monta a 170 mil toneladas por ano.

Antifraude

A CIP SA, maior provedora de infraestrutura bancária e de pagamentos do País, desenvolveu uma tecnologia que agiliza a recuperação e o reembolso de fraudes, golpes e erros operacionais em transações financeiras. A Detect Flow integra instituições financeiras a um banco de dados que registra a origem e o destino do dinheiro, emite alertas, *insights* e pré-análises em tempo real para acelerar o processo. Logo que a fraude é constatada e reportada, a Detect adverte a instituição de destino do dinheiro, que pode bloquear os recursos imediatamente, eliminando o demorado contato individual entre instituições.

100

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) alcançou a marca de cem empresas associadas, crescimento de 63% a partir das 61 afiliadas de 2020, que reflete o interesse do empresariado pela construção de um novo modelo de desenvolvimento. Juntas, as empresas do CEBDS têm faturamento equivalente a 47% do PIB e geram 1,1 milhão de empregos. Entre elas estão sete das dez maiores em receita líquida e nove das dez em lucro, distribuídas pelos principais setores da economia, do agronegócio a mineração, petroquímica, transporte e varejo.

NÚMEROS

118,6 bilhões

de reais em vendas online foram registradas no Brasil no primeiro semestre de 2022, informa a consultoria Nielsen

200 bilhões

de iuanes (28,75 bilhões de dólares) serão destinados pelo BC chinês para apoiar pequenas empresas

691 milhões

de reais foi o primeiro prejuízo semestral das operadoras de saúde, de janeiro a junho de 2022, informa a Agência Nacional de Saúde Complementar

Aos olhos de Elizabeth

TheObserver O exercício do poder brando da rainha que sobreviveu a 15 primeiros-ministros britânicos

POR GABY HINSLIFF

Durante sete décadas, ela testemunhou intimamente mudanças de poder em todo o mundo. Ao chegar ao trono na era distante da Rússia de Stalin, Elizabeth II reinou através de guerras frias e quentes e através de mudanças econômicas abrangentes. Ela presidiu a retirada da Grã-Bretanha do império e seu surgimento como potência moderna em rede, mas também sua luta para forjar uma identidade pós-Brexit e o início de um doloroso acerto de contas com o colonialismo. Com ela vai-se uma memória institucional única, um reser-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 51
Estreia. Robert Kuhn escreve sobre as diretrizes econômicas do próximo congresso do Partido Comunista chinês

Último ritual. Liz Truss, substituta de Boris Johnson, recebeu "a bênção" poucos dias antes da morte da monarca

JANE BARLOW/GABINETE DA PRIMEIRA MINISTRA E LINDSEY PARNABY/AFP

vatório de percepções compartilhadas com 15 primeiros-ministros.

A relação entre o monarca constitucional e o político eleito é estranha, em parte deferência e protocolo, em parte uma curiosa intimidade. Tony Blair disse que ela era a única pessoa com quem ele falava livremente, sabendo que não vazaria, e a própria rainha uma vez descreveu sua função como "uma espécie de esponja" que absorvia confidências. Mas também, acrescentou, ocasionalmente envolvia oferecer aos governos um ponto de vista diferente: "Talvez eles não tivessem visto por esse ângulo". Ela foi uma amante do poder brando e sabia quando projetar a plena majestade régia e quando bancar a avó gentil, e um recurso diplomático único. Às vezes, conseguia defender a posição da Grã-Bretanha perante um chefe de Estado estrangeiro melhor do que qualquer político eleito. (Compare o relacionamento espetado de Emmanuel Macron com a primeira-ministra Liz Truss e o calor genuíno do tributo do presidente francês à rainha.) Nunca partidária, ela era, no entanto, essencial para o corpo político, e seus relacionamentos com sucessivos primeiros-ministros servem para contar uma história do que a Grã-Bretanha se tornou.

Em fevereiro de 1952, uma nação que buscava sua posição no mundo pós-Guerra ganhou uma rainha de 25 anos que ainda procurava a sua. Ela apoiou-se fortemente no conselho de Winston Churchill, meio século mais velho. Depois que ele se aposentou, em 1955, ela lhe escreveu que nenhum outro primeiro-ministro poderia "manter o lugar" de seu primeiro. O segundo, *sir* Anthony Eden, levaria o país à humilhação nacional.

A fracassada invasão do Egito, hoje conhecida como a crise do Suez, foi uma dura lição de estadismo em tempo de guerra e do declínio da influência da Grã-Bretanha sobre suas antigas colônias. Sob Harold Macmillan, que se tornou primeiro-ministro em 1957 e com quem a rainha desenvolveu um relacionamento próximo, ela supervisionou o desmanche do império e a fundação da Commonwealth, a Comunidade Britânica. Mas foi seu primeiro primeiro-ministro trabalhista, Harold Wilson, quem trouxe o "vento da mudança" – a frase de Macmillan, cunhada para sinalizar o fim da resistência da Grã-Bretanha aos movimentos de independência – de volta para casa.

O passado de Wilson era mais humilde do que o de seu antecessor, *sir* Alec Douglas-Home, mas ele desfrutava de um relacionamento descontraído com a rainha. Sua era foi a da corrida espacial, do "calor branco" da tecnologia e da libertação pessoal: a descriminalização da homossexualidade, a legalização do aborto e a cultura dançante dos anos 1960 que arriscavam fazer a realeza parecer rígida. Em 1969, a rainha permitiu que câmeras de tevê entrassem no Castelo de Windsor para um documentário íntimo, mostrando o lado humano da família. A era da mística e da distância estava terminando.

> Ela reinou por guerras frias e quentes e testemunhou a decadência do império

Em 1970, Ted Heath sucedeu a Wilson, em circunstâncias estranhamente familiares: agitação industrial, inflação disparada, choque no preço do petróleo e escassez de energia. A rainha quis reconhecer essas dificuldades em sua mensagem de Natal de 1973, mas Heath a vetou. O novo rei poderá ter mais margem de manobra neste ano? O curto retorno de Wilson em 1974 deu lugar, em 1976, a James Callaghan, primeiro-ministro tanto no auge do jubileu de prata da rainha quanto nos baixos do inverno de descontentamento, mas ainda supostamente um dos favoritos dela. Em 1979, veio, porém, um marco: sua primeira primeira-ministra, Margaret Thatcher.

Apesar de muita especulação sobre as diferenças pessoais das duas – Thatcher claramente não gostava de se arrastar pelas charnecas de Balmoral –, a verdadeira tensão era sobre políticas. A relutância de Thatcher em aumentar as sanções contra a África do Sul na era do *apartheid* enfureceu os líderes da Commonwealth, e a rainha supostamente ficou do lado deles. A queda de Thatcher, em 1990, viu lutas políticas mais amargas sobre a Europa com John Major, e uma crise da libra esterlina que culminou no *crash* da Quarta-feira Negra. Mas a rainha apreciou o apoio de Major durante seu próprio *annus*

O primeiro. Elizabeth foi coroada quando Churchill comandava o Parlamento. Ela tinha 25 anos, ele, 75

horribilis de 1992, com o casamento do príncipe Charles a se desfazer e alguns a perguntar se a monarquia poderia sobreviver. Cinco anos depois, a morte da princesa Diana de Gales trouxe essas questões de volta.

Um novo primeiro-ministro, Tony Blair, captou habilmente o clima de tristeza pela "princesa do povo", mas a rainha parecia muito distante e as relações entre o número 10 de Downing Street e o palácio se deterioraram. Espalharam-se rumores de que a rainha estava descontente com os planos do Novo Trabalhismo de proibir a caça à raposa e reformar a Câmara dos Lordes. As coisas não ficaram muito mais fáceis depois que Gordon Brown sucedeu a Blair em 2007, embora a rainha estivesse profundamente interessada na crise bancária e fizesse perguntas pontuais sobre falhas nas previsões econômicas enquanto visitava a London School of Economics. Foi, porém, a convulsão constitucional sob David Cameron que realmente testou as relações entre a monarca e o Estado.

As coisas começaram bem, com uma visita à Irlanda em 2011, na qual Elizabeth reconheceu abertamente os sofrimentos sob o domínio britânico. Ela corajosamente participou de um esquete de James Bond na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos do ano seguinte, sugerindo uma monarca e um país à vontade consigo mesmos. Dois anos depois, veio o referendo da independência escocesa, após o qual Cameron foi ouvido contando que ela havia "ronronado de prazer" com o resultado – uma grave violação de sua neutralidade política. Pior ainda, antes do referendo do Brexit, uma ministra anônima disse ao jornal *Sun* que ela apoiava o "Sair". Em 2016, quando Theresa May sucedeu a Cameron, o país estava amargamente dividido.

Ao buscar esculpir um novo papel pós-Brexit para a Grã-Bretanha no mundo, May apoiou-se fortemente no poder brando real. Os então duques de Cambridge – William e Kate – lideraram uma ofensiva de charme nas capitais europeias e a presença da rainha serviu para suavizar uma difícil visita de Estado, em 2019, de Donald Trump, que ansiava por sua aprovação. Quando May, politicamente atrapalhada, foi deposta naquele verão por Boris Johnson, algo rachou. Ao tentar forçar seu acordo do Brexit, Johnson envolveu a rainha numa prorrogação do Parlamento mais tarde considerada ilegal. Ela lamentou sozinha em um banco socialmente distanciado no funeral de seu amado marido, um dia depois que assessores de Johnson fizeram uma festa ruidosa que quebrou o *lockdown*. A disposição obediente da rainha a sofrer as privações de uma pandemia ao lado de seu povo contrastou dolorosamente com o que agora representava a liderança política.

> De Churchill a Liz Truss, a monarca compartilhou os problemas do Parlamento e da própria família

A monarquia teve, porém, seus próprios problemas nesse período, desde a desgraça pública do príncipe Andrew até denúncias de racismo real após o rompimento do príncipe Harry com a família. Enquanto isso, a malvista turnê caribenha dos Cambridge nesta primavera despertou demandas por reparações pela escravidão, raiva pelo escândalo de imigração do navio Windrush (que eclodiu no governo de May) e conversas sobre a Jamaica se tornar uma república. De repente, a história parecia alcançar uma monarquia que há muito a havia superado.

O ato público final da rainha moribunda foi o beijo de mãos com Liz Truss, o que selou uma última transferência ordenada de poder político. O círculo é ininterrupto. A linha continua sob nova primeira-ministra e novo rei. Mas quem sabe aonde isso levará daqui a sete décadas? •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

ARQUIVO/AFP

ROBERT KUHN

Xi e a economia da China

▶ O próximo congresso do Partido Comunista vai definir as prioridades estratégicas do país

Como a China se prepara para o 20º Congresso Nacional do Partido Comunista, o evento mais importante do calendário político do país, realizado a cada cinco anos? Para começar, devemos observar os chamados "Dois Estabelecimentos" – Xi Jinping como "núcleo" do partido e, portanto, o líder incontestável, e sua teoria política como a base da ideologia da legenda.

Desde o 19º Congresso Nacional do Partido, em 2017, a teoria política do líder é conhecida como o "Pensamento de Xi Jinping sobre o socialismo com características chinesas para uma nova era", uma longa frase com cada palavra a carregar um significado. Neste e nos próximos artigos sobre a próxima "mensagem profunda" procuro discernir as características distintivas das principais áreas a serem abordadas. O pano de fundo permite uma leitura atenta dos debates políticos do próximo congresso.

Começo como "Pensamento de Xi Jinping sobre a Economia". A China tornou-se a segunda maior economia do mundo, o segundo maior mercado consumidor, o maior país manufatureiro, o maior no comércio de mercadorias e o maior em reservas cambiais. O PIB da China mais do que dobrou, de cerca de 54 trilhões de iuans em 2012 para mais de 114 trilhões em 2021, e sua proporção na economia mundial aumentou de 11,4% para mais de 18%. O PIB *per capita* passou de 6,3 mil para 12,5 mil dólares.

Podemos resumir o pensamento sobre a economia nos seguintes pontos:

Objetivos econômicos

O grande rejuvenescimento da China, nação socialista totalmente modernizada;

Altos padrões de vida, com prosperidade comum para todos, de modo que as lacunas entre os povos sejam reduzidas;

Liderança mundial em ciência, tecnologia e inovação, bem como em manufatura.

Princípios econômicos

Liderança partidária da economia. A economia é o trabalho central do partido;

Filosofia de desenvolvimento centrada nos indivíduos, para que se sintam realizados, felizes e seguros;

Novo estágio de desenvolvimento, do crescimento de alta velocidade para o desenvolvimento de alta qualidade;

Economia de mercado socialista, com o mercado a desempenhar um papel na alocação de recursos e o governo, na inteligência da supervisão;

Alavancagem do poder do capital para catalisar as forças produtivas, ao mesmo tempo que o Estado regula e restringe a "expansão desordenada do capital";

Propriedade mista de empresas, com forte setor estatal e modernos sistemas de gestão;

Autoconfiança nacional e autoaperfeiçoamento.

Estratégias econômicas

Ampliar a demanda doméstica e estimular o consumo, com o mercado interno como principal fonte e o comércio interno e internacional a promover um ao outro;

Elevar os padrões de vida nas áreas rurais e aproximá-los das áreas urbanas;

Inovação local, especialmente para tecnologias que podem gerar gargalos, entre elas semicondutores, para resistirem a pressões externas ou incertezas;

Redução de riscos por meio de reforma estrutural do lado da oferta, desalavancagem financeira, segurança alimentar, energética, da cadeia de suprimentos e da informação e estabilidade de preços;

Promoção de tecnologias verdes, de energias alternativas a veículos elétricos;

Tecnologia da informação de estresse e *e-commerce*;

Mercado nacional unificado para eficiência produtiva.

A base original do pensamento de Xi Jinping é o novo conceito de desenvolvimento, que tenho acompanhado desde a sua criação, em 2016, quando era conhecido como os "Cinco Grandes Conceitos de Desenvolvimento": inovação, coordenação, verde, aberto e compartilhamento.

O "desenvolvimento inovador" ocupa pela primeira vez o topo das prioridades: inovação, obviamente, em ciência e tecnologia, mas também em serviços, gestão, processos, *branding* e marketing.

O "desenvolvimento coordenado" busca eficiências por meio da integração regional. O "desenvolvimento verde" eleva a civilização ecológica e o controle da poluição à mais alta importância nacional.

O "desenvolvimento aberto" é exemplificado pelas zonas de livre-comércio da China, a iniciativa Cinturão e Rota, a Iniciativa de Desenvolvimento Global, empresas estrangeiras que chegam à China e empresas chinesas que vão para o exterior. O "desenvolvimento compartilhado" significa reduzir os desequilíbrios entre os setores urbano e rural e entre as regiões costeiras e interiores. O compartilhamento vem por último não porque seja menos importante, mas por requerer o sucesso prévio dos quatro primeiros conceitos.

A visão do pensamento de Xi Jinping sobre a economia é clara. Seu teste serão os resultados contínuos. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Destruição divina

The Observer Uma comunidade religiosa oriunda da Holanda é investigada por desmatamento ilegal na Amazônia peruana

POR DAN COLLYNS, EM WANDERLAND (PERU)

Não fosse pela fecundidade exuberante da Floresta Amazônica que a cerca, Wanderland quase poderia ser um trecho de terras agrícolas holandesas do século XIX. Uma trilha enlameada reta corta fileiras de currais espaçados com casas e celeiros perpendiculares. Uma manhã típica começa quando charretes puxadas por cavalos, conduzidas por meninos sorridentes de cabelos loiros e olhos azuis, recolhem tonéis brilhantes de leite fresco nos portões da fazenda para serem transformados em queijo. O nome dado a esse idílio pastoral escavado na densa folhagem da selva não parece precisar de tradução, mesmo do Plautdietsch, a mistura de baixo alemão com holandês falada por seus habitantes – algo como "terra da amplidão".

Mas há inquietação nesse paraíso rústico. É uma das três comunidades menonitas investigadas por promotores peruanos por denúncias de desmatamento ilegal de mais de 3.440 hectares (34 quilômetros quadrados) de floresta tropical nos últimos cinco anos. O embate com a lei tem alarmado a comunidade de cerca de cem famílias que temem perder a terra onde fizeram seu lar. Abraham Thiesen, 44 anos, que chegou ao Peru com sua mulher e seis filhos em 2015, está entre as várias centenas de moradores do recluso grupo cristão anabatista com origem na Frísia do século XVI que migrou da Bolívia, juntamente com outros de Belize, onde têm populações estabelecidas há muito tempo. Thiesen, presidente da associação menonita Wanderland, diz que eles adquiriram a terra de boa-fé para fins agrícolas, no entendimento de que seriam concedidos títulos legais uma vez que a área fosse desmatada para agricultura.

Mas essa explicação foi rejeitada pelo promotor ambiental José Luis Guzmán. "Não se pode desmatar e depois pedir licença. Não funciona assim. Para fazer o desmatamento lá, remover a cobertura vegetal de árvores e florestas, é preciso uma licença do Estado e, neste caso, eles não tinham licença", disse Guzmán em seu escritório em ruínas em Pucallpa, capital de fronteira na região amazônica de Ucayali, no Peru. O promotor abriu uma investigação sobre se o grupo cristão deve ser formalmente acusado de desmatamento.

Thiesen rebate: "Viemos aqui para ficar". Famílias inteiras, geralmente com quatro a sete filhos, se desenraizaram de suas comunidades nas extensas planícies da Bolívia e investiram suas economias nas novas terras nas profundezas da Amazônia peruana. "Não estamos pensando em nos mudar, porque estamos estabelecidos aqui", acrescentou Thiesen, seu rosto corado emoldurado pelo típico chapéu de palha de caubói usado por todos os homens da comunidade. "Nossa esperança é de podermos trabalhar pacificamente, porque onde vamos conseguir o suficiente para comer se eles não nos deixarem trabalhar a terra?" A agricultura é um princípio de sua fé, explica Thiesen. Eles acreditam que Deus ordenou que trabalhem a terra para viver desde que Adão e Eva foram expulsos do Jardim do Éden.

> **O Ministério Público do país cerca Wanderland, território menonita no meio da selva**

Esses menonitas da Velha Ordem, a mais ortodoxa da seita pacifista, que se espalhou do Canadá à Índia em busca de isolamento e grandes extensões de terra para cultivar, podem ter entrado em conflito com a notória informalidade e corrupção muitas vezes ligada à titulação de terras na Amazônia peruana. Eles dizem ter comprado inicialmente 500 hectares (5 quilômetros quadrados) de terra, em 2015, perto de Pucallpa, que trocaram com um rico comerciante de madeira por mais de 3 mil hectares de floresta tropical onde as três comunidades estão estabelecidas. O trecho remoto de selva se adequava à preferência dos menonitas por viver isolados. *The Guardian* viajou 14 horas de barco pelo Rio Ucayali e dirigiu por mais uma hora por uma trilha lamacenta para visitar a comunidade que fica a meio caminho entre Pucallpa e Iquitos, a maior cidade do mundo com acesso apenas por barco ou avião.

O assentamento mais próximo das novas colônias menonitas, Tierra Blanca, é um pobre posto avançado ribeirinho que sofre ocasionais explosões de violência por estar situado numa rota de tráfico de cocaína. Lá, a população local dá

PARQUE NACIONAL DEL MANÚ/GOVERNO DO PERU E HERIKA MARTINEZ/AFP

Ocupação. Grupos menonitas, antes instalados na Bolívia, passaram a comprar terras em áreas isoladas da floresta no Peru

as boas-vindas, com curiosidade e diversão, aos colonos vestidos de macacão e às mulheres em longos vestidos de capa. Os veteranos dizem que décadas de extração removeram qualquer madeira tropical valiosa da floresta onde as comunidades vivem agora. "Era (floresta) secundária, porque os madeireiros já tinham usado toda a madeira", disse Thiesen. "Não trabalhamos com madeira. Preferimos o solo, trabalhar a terra", acrescentou, embora admita que a madeira que sobrou foi usada para construir "casas, escolas, igrejas, pontes, algumas coisinhas".

Legalmente, é uma distinção importante. A floresta secundária está um passo mais perto do purma, arbustos que crescem após o corte das árvores. O purma pode ser legalmente transferido para uso agrícola, enquanto derrubar floresta primária é ilegal.

Matt Finer, especialista em pesquisa sênior da ONG Amazon Conservation, discorda da afirmação de Thiesen. "A área foi explorada seletivamente, assim como grande parte da Amazônia, mas ainda é floresta primária." Os assentamentos menonitas tornaram-se a "nova principal causa do desmatamento em grande escala no Peru", acrescenta Finer. "No total, temos agora documentado o desmatamento de 3.968 hectares em quatro novas colônias estabelecidas na Amazônia peruana desde 2017." Três dessas colônias estão em Tierra Blanca. Ambientalistas temem que isso possa ser apenas o começo da invasão menonita no Peru. Imagens de satélite mostram o desmatamento para outro assentamento, também em Loreto, vasta região amazônica do tamanho da Alemanha. Um estudo de 2021 no *Journal of Land Use Science* diz que os menonitas têm 200 assentamentos em sete países da América Latina e ocupam coletivamente mais terras do que a Holanda.

O Peru perdeu um recorde de 2.032 quilômetros quadrados da Amazônia devido ao desmatamento em 2020, número quase quatro vezes maior do que os 548 quilômetros quadrados perdidos em 2019, segundo o Ministério do Meio Ambiente. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Plural

Passado e presente

ESPORTE Ao enterro do tênis no US Open segue-se a renovação do vôlei graças a um time com 24 anos de idade média

POR MINO CARTA

A perfeição de Federer ficou para a lembrança

Quando tentei assistir à final do US Open entre Carlos Alcaraz e Casper Ruud, murmurei em benefício dos meus botões: "Certo estava Roberto Marcher". De fato, ele, meu definitivo orientador tenístico, previa exatamente quanto eu vi: dois serventes de uma obra a risco. Roberto, que certa vez chegou a formar dupla com Thomaz Koch, sempre sustentou: "O tênis vai ficar infernalmente monótono no dia em que um jogador atira a bola de um lado, logo depois do outro, enquanto o adversário faz a mesma coisa, ao cabo um dos dois erra".

Assim se deu na final do torneio e eu percebi o enterro do tênis, aquele disputado por verdadeiros artistas da raquete. Sabiam usá-la da melhor maneira, com o toque pessoal do talento de cada qual. No Brasil, tivemos alguns tenistas de muita qualidade: Guga, vencedor três vezes seguidas do torneio de Roland Garros, Maria Esther Bueno, por longo tempo primeira do mundo, contra adversárias do porte de Margareth Court e Billie Jean King. Por um bom tempo, Thomaz Koch foi considerado entre os melhores do mundo, quando a ATP ainda não formulava o seu cobiçadíssimo *ranking*.

Meu amigo Roberto Marcher diz que o mais talentoso de todos foi Ronald Barnes, descendente de escoceses dado, obviamente, a tomar uísque. Certo é, por aqui, houve bons tenistas, sem contar que o Brasil organizava torneios a contar com a participação dos melhores do mundo, de Ilie Nastase a Björn Borg, aos suecos mais atilados, aos fabulosos australianos, de Rod Laver a Ken Rosewall, sem olvidar John Newcombe, sem falar dos refinados italianos Nicola Pietrangeli, Adriano Panatta e Beppe Merlo, um precursor do tênis moderno. E no feminino, não esqueçamos Martina Navratilova, dominadora por 12 anos.

Tratava-se de um tênis onde o talento exprimia-se magnificamente, e nesta quadra Federer foi o melhor, um Fred Astaire da raquete, graças à leveza e à potência executada como se fosse sem querer, embora certeira e implacável. Devo confessar o meu sincero desapreço por Rafael Nadal, a quem me permitiria sugerir um draconiano tratamento psiquiátrico, para curá-lo das suas espantosas obsessões.

Os italianos festejam a vitória no mundial de vôlei e, escolhido como o melhor jogador, Gianelli encabeça o time

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 56
True Crime. Por que o gênero explodiu em áudio e ganhou também as telas

Nem por isso deixou de ser admirado e até hoje o vemos em ação, com todas as suas micagens nas quadras mais diversas. O tênis era uma límpida manifestação artística. A final do US Open é uma cerimônia oficiada por ocasião de seu enterro.

No campo do esporte, há compensações, embora migrem para outra modalidade. Refiro-me à renascença do voleibol, em que o Brasil já foi o campeão mais invejado. No momento, as melhores seleções mantêm o apego a seus veteranos, como se dá, por exemplo, salvo exceções, à seleção brasileira que ganhou a medalha de bronze em Katowice, onde a Polônia pretendeu erguer a catedral do vôlei. Ali mesmo, com extrema dificuldade, derrotou o Brasil, prejudicado inclusive pela contusão de um de seus melhores, o ponteiro Lucarelli.

Veterano também é o treinador da Itália, Ferdinando De Giorgi, que foi campeão três vezes, o que permitiu ao time atual atingir o pentacampeonato. Diante de um público fluvial a lotar o maior estádio de vôlei do mundo, e certo da sua superioridade, o quadro polonês perdeu por 3 a 1, quando merecia ser derrotado por 3 a zero. Esta seleção italiana, que se revelou imbatível, tem média de idade de 24 anos, o que deixa antever uma supremacia duradoura. Um certo Giannelli foi apontado o melhor de todo o torneio, e entre os medalhas de ouro figuram com destaque alguns como os novíssimos Michieletto e Lavia, bem como aquele que foi tido como o melhor líbero, Fabio Balaso.

Trata-se de uma seleção que joga por música, afinada em todos os setores, e nela o mais velho tem 28 anos. Enfeitada pelas faixas de sua torcida, a Polônia, em Katowice, sucumbiu inexoravelmente, mas, com elegância e *fair-play*, soube como encerrar este campeonato mundial com a pompa devida, em um espetáculo bonito e generoso. •

FABRICE COFFRINI/AFP E JANEK SKARZYNSKI/AFP

Gosto de sangue

AUDIOVISUAL No Brasil, o consumo de *podcasts* do gênero *true crime* não para de crescer, sobretudo entre as mulheres, e impulsiona o lançamento de séries e livros sobre o tema

POR HELENA ARAGÃO

O gênero *true crime*, que explora histórias de crimes reais, está tão em voga no Brasil que pode até ressuscitar um defunto: o programa *Linha Direta*, que ocupou horário cativo na grade noturna da TV Globo entre 1999 e 2007, pode voltar em 2023.

A emissora não confirma nem desmente a informação publicada no começo do mês pela colunista Patricia Kogut, do jornal *O Globo*. Diz que a ideia existe, mas que a decisão só será anunciada em outubro. Seja como for, o fato de se cogitar retomar um programa que parecia enterrado é sintoma de um fenômeno maior. O *true crime* está bombando, e ganhou novo fôlego graças a formatos cada vez mais disseminados: o *podcast* e a série documental em *streaming*. Isto sem se falar, é claro, no boca a boca.

O canal *Arquivo Linha Direta*, do YouTube, que reúne alguns dos programas antigos, tem mais de 64 mil inscritos e alguns dos vídeos alcançam 400 mil visualizações. O *buzz* perene explica-se: o programa notabilizou-se por tratar de crimes sem solução e ajudou a polícia a encontrar centenas de foragidos da Justiça.

Mas a popularidade também pode ser efeito de um interesse geral nesse tipo de atração. Só no Spotify, a plataforma de áudio mais popular no País, há pelo menos 50 opções de *podcasts* brasileiros dedicados a *true crime*. No mundo, o número chega a impressionantes 30 mil, segundo a assessoria de comunicação da empresa.

No Brasil, na comparação entre o primeiro semestre de 2021 e o mesmo período deste ano, houve aumento de 52% no consumo de programas em áudio do gênero. E a tendência é continuar em alta. A faixa etária predominante é de 18 a 24 anos e há, entre os ouvintes, mais mulheres que homens.

Uma pesquisa divulgada em 2019 pela Civil Science, com base no público norte-americano, constatou que, entre ouvintes de *podcasts*, a audiência feminina para *true crime* é de 26% e a masculina, de 12%. Provavelmente, a tendência repete-se pelo mundo.

> Só no Spotify, há pelo menos 50 *podcasts* brasileiros dedicados a *true crime*. No mundo, o número chega a 30 mil

Carol Moreira, um dos nomes à frente do *Modus Operandi*, um dos *podcasts* mais populares do País, conta que pelo menos 75% da audiência do programa é feminina. "Também reparamos que a maioria dos *podcasts* de *true crime* no Brasil é comandada por mulheres. Somos atentas aos detalhes e meticulosas, mas vejo também como uma busca por proteção", diz Carol, lembrando que ela e Mabê Bonafé, a outra autora, mantêm alguns cuidados, como não tratar de crime em que o assassino esteja solto. "Estamos em um país onde o feminicídio bate recordes, então validamos nossos medos e aprendemos a sobreviver."

Modus Operandi é produzido desde 2019 e já teve mais de 18 milhões de *plays*. Começou independente e depois foi incorporado ao Globoplay, contando histórias de crimes de alta repercussão. A dupla de criadoras também fez trabalhos para a Netflix (a série *Além do Crime*, no canal do YouTube da plataforma) e, recentemente, partiu para outro formato em que o *true crime* faz sucesso (há muito mais tempo, aliás): o livro. No *Guia de True Crime Modus Operandi* (Editora Intrínseca, 400 págs., 60,90 reais), elas compilam contextos históricos e um glossário de termos que ajudam a acompanhar o gênero.

Carol entende que a responsabilidade de quem conta as histórias é grande. Ainda mais depois de o *true crime* ter se tornado uma vertente da cultura *pop*. Não são poucos os produtos que partem da história do *serial killer* e, por vezes, o transformam em celebridades. "O *true crime* existe desde sempre, mas, de uns tempos para cá, há mais foco na qualidade. Temos sempre que lembrar que há o sofrimento das famílias, as dos criminosos, inclusive", diz Carol.

HBO MAX/TV GLOBO E GLOBOPLAY/SPOTIFY

Atrizes assassinadas. *Pacto Brutal*, sobre Daniella Perez, foi a série original mais assistida da HBO Max. O *podcast Leila*, do Globoplay, sobre Leila Cravo, alcançou o topo da lista de *true crime* do Spotify

Vários formatos. Depois de criarem o *Modus Operandi*, em 2019, Carol Moreira e Mabê Bonafé escreveram uma série e lançaram um livro sobre o tema

Nem todos os projetos recentes de *true crime* têm a intenção de mudar rumos de investigações, apesar de alguns conseguirem fazer isso. Há casos também em que a repercussão, de tão grande, acaba por se tornar parte da história. Foi assim com *A Mulher da Casa Abandonada*, de Chico Felitti, que narra a história da brasileira que manteve uma mulher em condições análogas à escravidão nos Estados Unidos e é foragida do FBI há duas décadas. O *podcast* levou uma multidão à frente da tal casa onde ela mora, em São Paulo, em busca de pistas.

Em outras produções recentes, mais forte do que o desejo de mudar os rumos da Justiça é o de revisitar a história a partir de um contexto mais amplo e aprofundado. É o caso de *Leila*, *podcast* em oito episódios do Globoplay sobre a história da atriz Leila Cravo, e *Pacto Brutal*, série documental da HBO Max sobre o assassinato da atriz Daniella Perez.

Ambas as histórias tratam de crimes contra mulheres – no caso, coincidentemente, duas atrizes brasileiras no auge de suas carreiras. São casos que repercutiram muito na imprensa da época (Leila sofreu um misterioso atentado em 1975, Daniella foi assassinada em 1992), e que, apesar disso, ou talvez justamente por isso, acabaram ficando no imaginário popular de maneira bastante enviesada.

Muita gente lembra da primeira versão que ganhou os jornais sobre a história de Leila: ela teria tentado se suicidar se jogando de uma altura de 18 metros, de um luxuoso motel, no Rio. Mas as investigações foram além disso, e o *podcast* produzido pela Bigbonsai mergulha nelas e nos fatos que a polícia ignorou. Depois de sair do coma e recuperar a memória, a atriz, que era apresentadora do *Fantástico* à época, garantiu que nunca tentaria suicídio e disse que foi vítima de uma tentativa de assassinato. Mas, àquela altura, o caso já tinha "esfriado" na mídia. A carreira e a saúde mental de Leila entraram numa curva descendente. Ela morreu em agosto de 2020, pouco depois de ter autorizado a produção do *podcast*.

"Não deu tempo de entrevistar a Leila", lamenta Daniel Pech, autor da produção que alcançou o topo da lista brasileira de *true crime* do Spotify em setembro. "Mas foi importante ter o aval. A intenção sempre foi dar voz a ela. O fato de o caso não ter reverberado tanto diz muito sobre como tudo aconteceu, numa sociedade machista, durante o governo militar. Com a morte dela, o projeto ficou parado um tempo, mas retomamos com a intenção de não ser detetivesco, mas discutir a sociedade brasileira de ontem e de hoje."

A história de Leila lembra a de outra personalidade dos anos 1970 que também bombou no formato *podcast*: Angela Diniz, protagonista de *Praia dos Ossos*. O programa da Rádio Novelo serviu, in-

clusive, como referência para *Leila*. "São casos que se cruzam, duas vítimas de um pensamento da época, mulheres julgadas por não cumprirem o papel esperado numa sociedade conservadora", diz Pech.

Quase 20 anos depois, a tragédia de Daniella Perez mostraria que a sociedade não evoluiu muito. Tatiana Issa, diretora da série documental de cinco capítulos, ao lado de Guto Barra, enumera os problemas que se seguiram ao assassinato: "Machismo, circo midiático e, mais, questionamento sobre como as leis são empregadas e como as testemunhas são tratadas no Brasil. A imprensa sensacionalista usava fotos dos personagens de Dani e Guilherme (*de Pádua, ator e assassino da atriz*) para dizer que eles tinham um caso".

Segundo Tatiana, 30 anos após o crime, muita gente ainda acreditava que o romance existiu, que foram tesouradas e não punhaladas, entre outras histórias descabidas. "Por isso, quis fazer a série sobre a luta de uma mãe em busca da verdade, e também para humanizar a imagem da Dani", explica ela. Por isso, também, a opção de usar apenas entrevistas de arquivo dos assassinos (Guilherme e sua mulher, Paula Thomaz), que, na visão dela, "já tiveram visibilidade demais", a ponto de fazer a opinião pública ter uma imagem confusa da tragédia.

> "Acho que o *streaming* colaborou para isso e a pandemia, também", afirma a executiva da HBO Max

A estratégia deu certo. Lançada em julho, *Pacto Brutal* chegou à marca de série original mais assistida da HBO Max no Brasil. Sem poder revelar números, Tatiana diz que o melhor termômetro é a rua: a atração fez o assunto voltar às mesas de bar. A diretora atribui o sucesso também ao formato em episódios, que dá espaço para mais detalhes e para a exploração de ganchos narrativos que motivam as "maratonas". "Acho que o *streaming* colaborou para isso e a pandemia, também", afirma.

Paula Kirchner, diretora de conteúdo não roteirizado da Warner Bros. Discovery Latam, empresa responsável pela plataforma HBO Max, concorda que o *timing* foi perfeito para lançar *Pacto Brutal* e também *PCC: Poder Secreto* (sobre a organização criminosa que se espalha pelo País). "Não sei se seria possível esse *boom* do gênero há 15 anos", diz a executiva. "O mundo é outro. A explosão dos *true crime* veio em razão da expansão das plataformas, e eles caem no gosto das pessoas porque têm elementos de nostalgia e desafio. Viramos todos um pouco detetives."

No caso do Globoplay, o investimento em um produto original como *Leila* sucedeu a chegada à plataforma de "clássicos" da podosfera, como o citado *Modus Operandi*, e o *Projeto Humanos,* de Ivan Mizanzuk, que já era sensação ao explorar *O Caso Evandro* – tornado também série – e que hoje tem sete temporadas, com crimes diferentes.

"Fazemos um acompanhamento contínuo do comportamento do público, estudando sua jornada de consumo", explica Teresa Penna, diretora do Globoplay e Produtos Digitais. "A partir disso, constatamos que o *true crime* tem grande demanda, e vale lembrar que é um comportamento global."

Sem detalhar números, Teresa conta que os títulos de *true crime* "têm ótimo desempenho de audiência", e cita o exemplo de *Altamira*, temporada do *Projeto Humanos* que estreou em abril e trata do assassinato de meninos na cidade paraense, na década de 1990. "*Altamira* chega a ter quase o dobro da audiência de *O Caso Evandro* em seu auge, o que é impressionante", diz ela, reforçando o excelente momento do gênero e dando pistas de que o fenômeno pode estar longe de ter atingido seu o pico. •

Desenterrado. O programa *Linha Direta*, dos anos 1990, pode voltar em 2023

Vividamente excêntrica

TheObserver Com aparições tanto em franquias de Hollywood quanto em filmes autorais, Tilda Swinton tornou-se um rosto onipresente na indústria cinematográfica

POR GUY LODGE

"Ah, nããão", disse Tilda Swinton, em tom baixo e doloroso, com os olhos voltados para o chão, ao receber o Oscar de melhor atriz coadjuvante em 2008. Não é assim que as estrelas costumam começar um discurso na noite mais brilhante de Hollywood. Mas o dela, obviamente, recuperou-se do início reprimido com piadas agradáveis sobre o Batman de George Clooney e a bunda de seu agente, e terminou com um empolgado "Obrigada, obrigada, obrigada!"

Por um breve segundo, entretanto, a atriz britânica de 47 anos pareceu quase se desculpar, como se tivesse invadido uma festa e não esperasse ser flagrada. Ela estava em Hollywood, e não podia mais sumir na multidão. Tilda é hoje um rosto onipresente.

Recentemente, foi vista em *Memória,* de Apichatpong Weerasethakul, *A Crônica Francesa,* de Wes Anderson – ambos lançados no Brasil – e *The Souvenir Part II,* de Joanna Hogg. Neste momento, está em cartaz, nos cinemas, na excêntrica fantasia romântica *Era Uma Vez Um Gênio,* de George Miller. Na semana passada, esteve na exibição de *A Filha Eterna,* também de Joanna Hogg, no Festival de Veneza, e ainda este ano, em breve, será vista em *Asteroid City,* de Anderson, e como dubladora da Fada Azul no *Pinóquio* de Guillermo del Toro.

No início da carreira, poucos teriam apostado que Tilda ganharia um Oscar – e não por falta de admiração. Alta e fisicamente incomum, ela tinha a reputação de uma das atrizes mais talentosas e ousadas de sua geração, mas costumava embarcar apenas em projetos à margem da corrente dominante.

Em 1991, ganhou o prêmio de melhor atriz em Veneza pela interpretação radicalmente sexual de Isabela da França, em *Edward II,* dirigido pelo britânico Derek Jarman (1942-1994). Um ano depois, fez a personagem-título, que muda de gênero, no filme *Orlando,* de Sally Potter, baseado em Virginia Woolf.

Suas escolhas iniciais não foram as de alguém que queria ser a próxima Meryl Streep

Não era a primeira vez que Tilda jogava com o gênero. Em 1987, representou, no teatro, uma viúva que, durante a Segunda Guerra Mundial, assume a identidade do marido. Sua performance causou impacto suficiente para ser filmada para a série *ScreenPlay,* da BBC.

Tilda não estudou interpretação. En-

ANDREA SOLARO/AFP

Identidade mutável. Na última edição do Festival de Veneza, encerrada na semana passada, a atriz desfilou sua altura imponente e suas feições pálidas e lapidadas ao apresentar *A Filha Eterna*

quanto estudava Ciência Política, em Cambridge, se interessou por teatro estudantil e, um ano depois de se formar, ingressou na Royal Shakespeare Company. Com Jarman, com quem fez nove filmes em oito anos, encontrou tanto seu ofício quanto sua identidade de *outsider*.

Seu primeiro papel no cinema, em 1986, foi o da amante condenada em *Caravaggio*, de Jarman. A intensa sensualidade de sua aparição causou grande impacto. O cineasta e crítico Mark Cousins, que se tornaria seu amigo e colaborador, disse ao *Observer* que, desde o início, "ela sabia que a atuação cinematográfica é um trabalho visual, mais que literário."

Quando entrou para o mercado norte-americano, em 1996, não foi por intermédio de Hollywood ou do cinema de prestígio que esperava prêmios, mas no audacioso drama erótico de Susan Streitfeld, baseado em psicanálise, *Desejos Femininos*. Não eram escolhas de alguém que quisesse ser a próxima Meryl Streep.

Nos primeiros anos da carreira, os diretores de elenco relutaram em vê-la como uma mulher comum. As descrições de seu trabalho tendem a enfatizar sua aparência extraordinária, com sua altura imponente, feições pálidas e lapidadas e um senso de moda incomum e espacial. Se é que Tilda lê resenhas, está, provavelmente, farta de palavras como "sobrenatural", "etérea" ou mesmo "escultural".

O crítico Vincent Canby, do *New York Times,* foi um dos poucos a não jogar sobre ela um olhar exótico. Em sua resenha de *Orlando,* além de prever para ela "uma grande carreira internacional", chamou atenção para a sua "doçura, gravidade e inteligência".

Para Cousins, é "porque ela ultrapassa a maneira convencional de fazer as coisas" que se criou o suposto enigma ao redor de Tilda. "Ela é como o Papa-Léguas nos desenhos de Chuck Jones: à frente, superando Wile E. Coyote, o óbvio ou mediano", diz. "Na vida real, ela é prática – arrumou direitinho minha lava-louça –, mas, mesmo conversando durante o café da manhã, seu cérebro está acelerado."

Mas o inevitável aconteceu: com o tempo, uma presença fascinante será notada pela indústria. Na virada do século, depois de uma década e meia de audiências marginais, ela apareceu como uma líder de culto carismático em *A Praia* (2000), de Danny Boyle, adaptação confusa do *best seller GenX,* que pare-

Galeria. Ela pode ser vista nos cinemas em *Era Uma Vez Um Gênio*. Em Veneza, apresentou *A Filha Eterna*. No mesmo festival, ganhou, em 1991, o prêmio de melhor atriz pelo filme *Edward II*

PARIS FILMES, FINELINES FEATURES E A24/BBC FILM

cia mais estranha e perigosa sempre que ela aparecia em cena, comandando seus subordinados com segurança sacerdotal e coagindo o personagem de Leonardo DiCaprio a fazer sexo com ela.

Apesar de todas as estranhezas, sua performance foi um sucesso e, de repente, Tilda era requisitada por Hollywood como coadjuvante assustadora: a fria funcionária tecnodistópica em *Vanilla Sky* (2001), ao lado de Tom Cruise, a ríspida e desalmada executiva de estúdio em *Adaptação,* de Spike Jonze, ou o vingativo Arcanjo Gabriel no extravagante *Constantine* (2005), de Keanu Reeves.

Também em 2005, foi a Feiticeira Branca na franquia *As Crônicas de Nárnia: O Leão, a Feiticeira e o Guarda-Roupa,* que deve ter se tornado uma figura constante nos pesadelos das crianças, e também assustadora advogada venal no *thriller Michael Clayton* (2007), de George Clooney, que lhe rendeu o Oscar antes improvável.

A ascensão à lista A de Hollywood não afetou, porém, a curiosidade de atriz. Para cada filme da franquia *As Crônicas de Nárnia*, produto da Marvel ou colaboração com grandes nomes, como David Fincher ou os irmãos Coen, há um risco imprevisível. Basta pensarmos no melodrama em italiano *Um Sonho de Amor* (2010), nos filmes reflexivamente autobiográficos *Souvenir,* de sua colega de escola Joanna Hogg, ou no experimental *Memória*.

Graças à fama adquirida nos filmes de grande orçamento, Tilda torna-se um chamariz para projetos menores, como *Precisamos Falar sobre Kevin* (2011), de Lynne Ramsay, no qual ela vive o pior pesadelo de todos os pais: ser uma mãe que não encontra uma maneira de se relacionar com o filho.

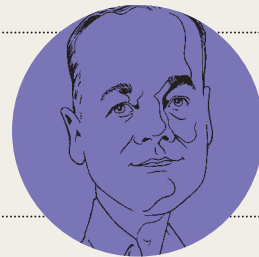
Sua identidade na tela permanece mutável, mas vividamente excêntrica – o suficiente para que sua própria vida pessoal não convencional nunca domine as conversas. Mesmo sugestões de que, a certa altura, ela compartilhou uma casa e um *ménage à trois* com seu ex-parceiro, o dramaturgo John Byrne, e seu atual, o artista Sandro Kopp, não se tornou uma fixação dos tabloides.

Graças à fama, ela tornou-se também um chamariz para projetos menores e experimentais

Pergunto a Cousins se ele acredita no conceito de ator como autor, e se Tilda se encaixaria nisso. Ele não tem certeza. “Você poderia dizer que todos os filmes de Marlon Brando são filmes de Brando, por causa de sua presença e atmosfera, mas acho que Tilda é diferente”, diz. “É claro que as pessoas constroem filmes em torno dela por causa da escala de seu talento, mas ela também gosta de desaparecer em um filme, ou ficar em branco como Garbo fica em branco no final de *Rainha Christina*. Com Tilda, muitas vezes você não consegue grandes crescendos de atuação: você tem uma dissolução, um vazio.”

No caso dela, a mudança de forma tornou-se uma assinatura. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

SIDARTA RIBEIRO

Unidos contra a hecatombe

▶ O abraço trocado entre Lula e Marina, duas lideranças há anos afastadas, encarna a nossa possibilidade de defesa perante inimigos tão ferozes

Eu ainda era criança quando tio Eduardo (Briguilha, para os íntimos) me contou uma história incrível sobre dois brasileiros legendários de origem camponesa: o cangaceiro Antônio Silvino e o revolucionário Gregório Bezerra. Nascidos em Pernambuco a 300 quilômetros e 25 anos de distância um do outro, lutaram contra a injustiça social de modos muito diferentes, mas igualmente altivos.

Radicalizado pelo assassinato de seu pai, Silvino tornou-se, no fim do século XIX, o mais respeitado chefe cangaceiro até o surgimento de Lampião. Desafiou interesses poderosos, tirou dos ricos para dar aos pobres e arrancou os trilhos ferroviários da empresa inglesa Great Western, que, em nome do progresso, desapropriava terras campesinas sem indenização.

Silvino foi preso em 1914 e só deixaria o cárcere em 1937, pouco antes de morrer. Em 1917, na Casa de Detenção do Recife, veio a conhecer e proteger um adolescente franzino e analfabeto que havia sido preso na primeira greve geral do Brasil, por direitos como a jornada diária de oito horas de trabalho e o descanso semanal. Era Gregório Bezerra. O jovem era valente e havia sido isolado para não sofrer violência, mas o homem maduro o ensinou a conviver pacificamente com os outros prisioneiros.

Silvino aprendera a ler na prisão e sua opinião sobre o que lia nos jornais forjou a formação política de Gregório. Foi através dele que o rapaz ficou sabendo da Revolução Russa. Nas palavras do ex-cangaceiro, em *Memórias* (Boitempo, 2011), "o povo reunido é mais poderoso do que tudo e a revolução dos bolcheviques vai se espalhar pelo mundo. A lei do maximalismo – era assim que se referia ao marxismo –, com um homem como este (*Lenin*) que está no poder, vai triunfar. Esse homem tem muito juízo e muito talento na cabeça. Ninguém pode com ele".

Bezerra deixou a prisão quatro anos depois e se alistou no Exército, onde viria a se alfabetizar e a se fortalecer até se tornar sargento instrutor de educação física. Em 1930, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro e, em 1935, foi novamente preso, após a tentativa frustrada de derrubar Getúlio Vargas e combater o fascismo integralista. Na enfermaria da Casa de Detenção, deparou-se com sua primeira visita. Era o velho amigo Antônio Silvino, que trazia solidariedade, mas também uma dura crítica à insurreição fracassada. Segundo Briguilha, Silvino teria dito nessa ocasião: "Vocês maximalistas não aprenderam nada. Demora mil anos para nascer um outro Lenin".

Já vão longe o cangaço e as revoluções armadas, mas, infelizmente, ainda não nos livramos nem do latifúndio nem do fascismo. Em duas semanas, iremos às urnas e a força da nossa democracia será medida por nossa capacidade de fazer eleições sem voto de cabresto nem terrorismo. Infelizmente, entretanto, a violência política vem crescendo. Os recentes assassinatos de lulistas por bolsonaristas projetam a sombra aziaga da guerra civil.

É por isso que me enche de esperança o abraço trocado entre duas lideranças legendárias de nosso tempo, afastadas há anos, mas reunidas novamente pelo bem do País. Irmanados pela origem rural, pela sobrevivência à fome, pelo compromisso com a massa trabalhadora e pelo sobrenome Silva, Lula e Marina encarnam o que de melhor o povo brasileiro já produziu em sua própria defesa perante inimigos tão ferozes.

Não sei se demora mil anos para nascer um outro Lula ou outra Marina, pois a cada dia, nas favelas e nos grotões deste país, nascem muitas crianças com esse potencial. O que sei é que tão cedo não teremos outra chance de consertar o País. A China já decolou rumo ao século XXI, o Hemisfério Norte se descola cada vez mais do Sul global, enquanto seguimos na contradição que Lévi-Strauss e Caetano Veloso apontaram com precisão: ainda estamos em construção, mas já somos ruína.

Por isso é tão belo o reencontro de Marina e Lula. Precisamos do mais amplo arco de alianças para reconstruir o que ainda resta após a hecatombe socioambiental do atual governo. Precisamos de pessoas tão diferentes quanto Sônia Guajajara e Geraldo Alckmin, as Luizas Erundina e Trajano, Guilherme Boulos e Alexandre Kalil, Ricardo Galvão e Fátima Bezerra, Talíria Petrone e Henrique Vieira, Natália Bonavides e Marcelo Freixo, Douglas Belchior e Eduardo Gianetti, Erika Hilton e André Barros, Tatiana Roque e Joênia Wapichana, Marília Arraes e Fernando Haddad.

Precisamos de todo o nosso talento, técnica, amor e sabedoria para, finalmente, honrar as lutas de pessoas como Antônio Silvino e Gregório Bezerra. A esperança está no ar. O Brasil abre suas asas para voar. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Nem só de más notícias

▶ Às portas da Copa do Mundo, a convocação para os dois últimos amistosos provoca especulações e Tite, em entrevistas à mídia, demonstra segurança na condução dos trabalhos

O noticiário sobre a morte da rainha da Inglaterra dominou a mídia nos últimos dias, fazendo esfumaçar a guerra da Ucrânia e até mesmo a reta final destas eleições de tamanha importância.

No campo esportivo, parece que o protocolo vai sendo seguido à moda antiga: primeiro as damas.

O campeonato brasileiro feminino chega ao término com a final entre o Corinthians e Internacional, do Rio Grande do Sul, que venceu o São Paulo, no Morumbi, em num jogo disputadíssimo.

Na partida destacaram-se, entre outras, a goleira Mayara, do time gaúcho, e Micaelly, do tricolor paulista.

Pois não é que, depois da partida irrepreensível, Micaelly acabou vítima da injustiça clássica do futebol? Incumbida de cobrar o pênalti decisivo foi vencida pela bela defesa da adversária.

O aperfeiçoamento do futebol feminino tem sido grande. É admirável a evolução da parte técnica das jogadoras da nossa Seleção neste curto período sob nova orientação, com foco na preparação para o Mundial e para as Olimpíadas.

Diante deste cenário, fico cada vez mais entusiasmado com a formação de times mistos – e ainda especialmente agora, que acabo de saber que, na gloriosa várzea de São Paulo, ocorrem campeonatos com esse formato. *Auguri*.

De modo geral, o fato mais marcante destes dias, no futebol, foi a decisão do extraordinário Willian, que o Corinthians havia repatriado, mas que preferiu dar meia-volta e retornar à Inglaterra.

Em princípio, ele deixou todo mundo sem entender nada. Mas, aos poucos, vai-se sabendo das razões desse fato tão intrigante. Trata-se de mais um jogador atingido pela situação absurda de indivíduos tresloucados de nossa sociedade.

Willian teve sua família ameaçada por celerados que não encontram limites no momento de desacerto que enfrentamos.

A repetição cada vez mais frequente de casos semelhantes foi motivo de comentário do excelente colunista José Carlos Mansur.

Ele observou, em seu *blog*, que se trata de um "quadro patológico de difícil reversão". Difícil é, mas não impossível.

Dentro do campo, ocorrem manifestações desse mesmo estado emocional gerado por estes dias conturbados. Vemos nas partidas choques violentos, com consequências cada vez mais graves.

O Botafogo teve dois episódios de traumatismo craniano, com necessidade de cirurgia em curto espaço de tempo. Isso sem falar em outros tipos de lesões graves. É espantoso o número de jogadores mandados, ao mesmo tempo, para os departamentos médicos.

Fora do campo, vemos confrontos até mesmo de torcedores de um mesmo clube. Outro dia, manifestei meu inconformismo pedindo um basta a esse estado de coisas. Temos, neste momento, um vácuo de liderança entre os jogadores e todos os setores envolvidos no esporte.

É muito comum que os jornalistas me perguntem sobre o vazio de liderança entre os desportistas e sempre me lembro da trajetória histórica dessa situação.

Dou alguns exemplos: a sindicalização, nos tempos do memorável goleiro Oberdan Cattani, do Palmeiras, a Democracia Corinthiana, do saudoso Sócrates e seus companheiros, o Bom Senso do Alex e seus companheiros, e minha própria contribuição na questão do Passe Livre.

Pode ser natural um período de passagem sem um rumo definido. Mas, sem dúvida, chega um momento em que alguém se destaca, inconformado com a desorganização geral. É fundamental, em um momento como este, a responsabilidade dos dirigentes de clubes e entidades do esporte e políticas como um todo.

Mas, a despeito dessas dificuldades todas, o esporte também nos traz boas notícias – inclusive, ressaltando o seu papel social. Temos como exemplos os resultados no surfe, da Bia Souza no judô, do Alison dos Santos nos 400 metros com barreiras e o bronze promissor do vôlei masculino.

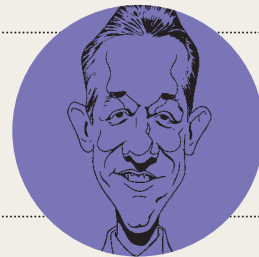
No plano internacional o mundo espanta-se com a vitória do tenista espanhol Carlos Alcaraz, que aos 19 anos torna-se o número 1 entre os melhores (*ler texto de Mino Carta à pág. 54*).

E, às portas da Copa do Mundo, a convocação para os dois últimos amistosos provoca especulações e muitas entrevistas do Tite, dando demonstração de segurança na condução dos trabalhos da comissão técnica.

Tite ressalta a relação de confiança estabelecida no transcorrer do longo tempo de preparação e dos jogos classificatórios. Em minha opinião, o fator mais determinante para a consolidação deste trabalho coletivo foi a manutenção do treinador por dois ciclos seguidos. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ARTHUR CHIORO

A Geni da saúde

▶ Basta as eleições se aproximarem para o setor privado e seus candidatos jogarem a culpa da crise da saúde na Tabela SUS. Mas esta é uma falsa vilã

A cada eleição, entra em debate a Tabela SUS. Dirigentes do setor privado e seus candidatos bradam que sua defasagem é a principal causa das mazelas da saúde. De fato, milhões de brasileiros padecem em filas de espera para consultas, exames e cirurgias. Mas será que a vilã é mesmo a Tabela SUS?

A primeira coisa a ser dita é que a tabela deixou de ter a importância que lhe é atribuída. Ao longo dos governos Lula e Dilma, alguns procedimentos relevantes foram, de forma estratégica, atualizados na tabela. Mas, de 2016 para cá, continuam praticamente congelados.

Desde 2004, foram feitas mudanças na lógica de pagamento dos prestadores do SUS. A tabela, herança do Inamps incorporada ao SUS no governo Collor, em 1991, deixou de ser a única e a mais importante forma de pagamento.

Isso foi feito porque a tabela gera muitas distorções. Trata-se de uma ferramenta superada, que induz à escolha seletiva dos procedimentos mais bem remunerados. Ao não precificar e pagar o conjunto de ações necessárias para os cuidados de um paciente, ela cria situações paradoxais.

Somos campeões em transplantes, mas não garantimos a biópsia, fundamental para o diagnóstico. Ofertamos hemodiálise, mas não consultas com nefrologistas, que evitariam a doença renal crônica. Fazemos cirurgias de catarata, mas muitos seguem sem resolver um simples problema de refração. Cirurgias ortopédicas simples demoram muito, mas não tanto quanto as que exigem próteses. Esses são exemplos de situações que geram filas e iniquidade.

O que mudou a partir de 2004 é que se estabeleceu a contratualização no SUS. Compromissos e metas de produtividade e qualidade a serem cumpridas pelos hospitais e pelos gestores foram firmados entre as partes. O contrato passou a ser remunerado por um orçamento global, com valores previamente definidos, pagos mensalmente. Com isso, o pagamento passou a ser orientado pelo cumprimento de metas, independentemente da tabela, permitindo ao gestor do SUS pagar pelo que a população mais precisa, corrigindo as inadequações provocadas pelo uso, histórico, da tabela SUS.

Em 2012, os hospitais filantrópicos que atendiam exclusivamente o SUS receberam incentivo adicional de 968,6 milhões de reais. Em 2014, o ministério elevou de 25% para 50% o incentivo pago aos atendimentos de média e alta complexidade, com impacto de 1,7 bilhão de reais.

Em 2015, esse setor foi ainda contemplado com o Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC), no valor global de 763,2 milhões de reais. Em 2016, 1.057 hospitais com contratos firmados com o SUS (90% deles filantrópicos) recebiam o IAC, com impacto anual de 2,4 bilhões de reais – recursos esses descolados da tabela.

Sem revisão de contratos a partir do governo Temer, parte do setor privado voltou a reivindicar aumento na tabela, mesmo reconhecendo ser mais vantajosa a contratualização – uma vez que os compromissos são definidos de antemão e, uma vez cumpridos, garantem ao hospital o pagamento previsto em contrato.

Mas o fato é que é imperioso substituir, de forma definitiva, a Tabela do SUS. Para isso será essencial garantir remuneração adequada, feita de forma inteligente e moderna, que seja boa para todas as partes.

Como então explicar a crise no setor? Seus determinantes são múltiplos e complexos, a começar pelas péssimas condições de vida e a brutal desigualdade social, mas um problema central é o histórico subfinanciamento do SUS.

Em 2002, o gasto federal em ações e serviços públicos de saúde, a preços de 2016, descontada a inflação, de acordo com o IPCA, passou de 61,2 bilhões de reais (2002) para 106,2 bilhões (2016), um crescimento de 74% – correspondente, em média, a 4% ao ano.

O golpe de 2016 e a emenda do teto EC-95 resultaram, no entanto, no efetivo desfinanciamento do SUS. Com um gasto público em saúde de apenas 3,8 reais por habitante/dia, é impossível garantir a precificação justa, ainda que se qualifique a gestão setorial.

E tudo pode piorar. A Lei Orçamentária Anual de 2023 prevê que o orçamento do Ministério da Saúde em ASPS será de 149,3 bilhões de reais. Em valores nominais é menor do que o previsto para 2022 (150,5 bilhões de reais), sem contar que estão embutidos 10,4 bilhões de reais de orçamento secreto.

Pode-se continuar jogando pedra na tabela, a Geni da saúde, mas o que se espera é que o próximo governo financie adequadamente o SUS e institua mecanismos modernos, eficientes e transparentes de remuneração dos prestadores públicos e privados, visando melhorar a qualidade do atendimento à população. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

VENES CAITANO

Agora que você já leu esta edição, que tal nos acompanhar também em vídeo?

www.YouTube.com/ CartaCapital

—

Inscreva-se gratuitamente no canal de CartaCapital e acompanhe nossa programação diária, de segunda a sexta!

Direto da Redação

um resumo dos principais fatos do dia, de segunda a sexta (exceto às quintas).

Fechamento

às quintas-feiras, uma análise dos principais acontecimentos e destaques de CartaCapital.

Manda no Zap

nas segundas-feiras, Rodrigo Martins comenta o que será notícia e o que nunca foi: as fake news mais populares do momento.

Poder em Pauta

toda sexta-feira, André Barrocal comanda uma entrevista fundamental para entender os principais fatos políticos do nosso país.

Inscreva-se agora e até a próxima edição!